

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.111/2026

Processo Administrativo nº E:01206.0000042157/2025

Torna-se público que a **AGÊNCIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE PROCESSOS - AMGESP**, por meio da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** designados pela **Portaria nº 341/2025**, publicada no Diário Oficial do Estado de Alagoas em 13 de novembro de 2025, sediada na Avenida Walter Ananias, nº. 35 - A, Jaraguá - Maceió - AL - CEP 57025-510, **realizará LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Valor total da contratação: R\$ 248.386,40 (duzentos e quarenta e oito mil trezentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos)

Data da sessão pública: 04 de maio de 2026

Horário: 09h - (horário de Brasília)

Critério de Julgamento: menor preço por grupo de itens

Modo de disputa: aberto

Preferências ME/EPP/Equiparadas: não

Local: Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAÇÃO DOS CURSOS NA TEMÁTICA SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será realizada em grupo único, formados por 03 (três) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que

devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecido no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 6.1.1 e 6.12.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e jovens aprendizes, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021:

3.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 2.4 ou 2.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 2.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário e total do item;

4.1.2. Marca;

4.1.3. Fabricante;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

4.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos.

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 97, inciso VII, da Constituição Estadual; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.11. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

4.12. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 5% (cinco por cento).

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.4. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas neste subitem, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.14, poderão os licitantes que apresentaram as 3 (três) melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15. Não serão aceitos 2 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.21.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.2.2. Empresas brasileiras;

5.21.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.7 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

6.7.1. (...indicar os acordos, dissídios ou convenções coletivas..);

6.7.2. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

6.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.8.1. Contiver vícios insanáveis;

- 6.8.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.8.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.8.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.8.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
 - 6.9.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 6.9.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.10. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
 - 6.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
 - 6.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital.
 - 6.10.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
 - 6.10.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 6.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
 - 6.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.12.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

6.12.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.

6.12.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.12.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.15. Concluída a etapa final de lances, as empresas licitantes deverão ajustar suas propostas, apresentando os valores unitários e totais com a limitação de duas casas decimais após a vírgula, desconsiderando as duas últimas casas decimais adicionais. Caso seja necessário proceder ao arredondamento, este deverá ser efetuado para o valor imediatamente inferior, vedada a adoção de valor superior ao lance final apresentado.

6.16. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

6.21. Quando os itens estiverem dispostos em grupo de itens (lote) o critério de julgamento adotado será aplicado individualmente a cada item que integre o grupo, não podendo qualquer deles ultrapassar o valor máximo estimado pela Administração.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Encerrada a etapa de julgamento de proposta, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de habilitação no certame, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Certidão de Regularidade na Contratação de Aprendizizes, no site oficial do Ministério do Trabalho (<https://certidoes.sit.trabalho.gov.br>).

7.1.2. Certidão de Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência e Reabilitados da Previdência Social, no site oficial do Ministério do Trabalho. (<https://certidoes.sit.trabalho.gov.br>).

7.2. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, ou por cópia, com declaração do licitante de sua autenticidade.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo 2 horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

7.12. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

7.13.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.13.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

7.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

8.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

8.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em Lei.

8.2.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

8.3. Antes de formalizar o Termo de Contrato ou emitir o instrumento equivalente, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para verificar a regularidade fiscal exigida na licitação, bem como ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP para identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, juntando aos autos as respectivas certidões negativas.

8.4. Decorrido o prazo de validade da proposta sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

8.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

8.6. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

8.7. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

8.7.1. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

8.7.2. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

8.8. A regra do subitem 8.5 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do subitem acima.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Sistema Eletrônico de Informações do Estado de Alagoas – SEI! Alagoas (<https://portal.sei.al.gov.br/>).

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- 10.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 10.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 10.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 10.1.2.4. Deixar de apresentar amostra; ou
- 10.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 10.1.3. Não celebrar o contrato, ou a ata de registro de preço, ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, no prazo estabelecido pela Administração, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 10.1.5. Fraudar a licitação;
- 10.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 10.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 10.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 10.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 10.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 10.2.1. Advertência;
 - 10.2.2. Multa;
 - 10.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e
 - 10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 10.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 10.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
 - 10.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 10.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 10.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor do contrato licitado, **recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1 a 10.1.3, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4 a 10.1.8, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito Administração Pública do Estado de Alagoas, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4 a 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1 a 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública do Estado de Alagoas.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: eginaldo.amgesp@gmail.com, ou por petição dirigida ou protocolada na Avenida Walter Ananias, n.º 35A – Jaraguá, CEP: 57025-510 – Maceió/AL.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.11.1. ANEXO I – Modelo de Proposta Final;

12.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

12.11.3. ANEXO III – Termo de Referência;

12.11.4. Apêndice do Anexo III – Estudo Técnico Preliminar.

Maceió (AL), 16 de março de 2026.

Ana Carolina de Moura Coelho
Assessora de Apoio de Contratação

Egnaldo Manoel da Silva
Pregoeiro Responsável

ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA FINAL

Razão Social da Licitante:.....
CNPJ:.....
Endereço:.....
CEP:.....
Telefone:..... E-Mail:.....

As planilhas de quantitativos e custos conterão as descrições dos produtos que compõem a solução proposta, incluindo as respectivas quantidades, unidades, preços unitários e totais gerais, expressos em reais (R\$).

ITEM	DESCRIÇÃO	Marca e modelo:	Unid.	Qnt.	PREÇO expresso em R\$	
					UNITÁRIO	TOTAL
01	XXXXXXXXXX		Unidade	XX		
TOTAL GERAL						

PRAZO DE ENTREGA E EXECUÇÃO: prazo de execução dos serviços é de 120 (cento e vinte dias) dias, a contar da data da ordem de fornecimento acompanhada da competente nota de empenho, de acordo com as necessidades da Administração.

VALIDADE DA PROPOSTA: O Prazo de Validade desta Proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data da abertura deste Certame.

PRAZO DE PAGAMENTO: A licitante **DECLARA** que acatará o pagamento da Administração conforme definido na minuta contratual, ANEXO III deste Edital.

CONTA BANCÁRIA: Banco XXXXX, Agência XXXX, Conta Corrente XXXXX.

Declaro:

1) que estão incluídas nesta proposta comercial, as despesas com todos os impostos, taxas, encargos sociais, encargos fiscais, desembaraço aduaneiro, encargos previdenciários e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da licitação.

2) que estou de acordo com todas as normas e condições deste Edital e seus anexos

ANEXO II – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**TERMO DE CONTRATO****COMPRAS****LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021**

**TERMO DE CONTRATO (...) Nº (...)/(20...),
QUE ENTRE SI CELEBRAM O(A)(...ESTADO
DE ALAGOAS, POR INTERMÉDIO
DA(O)(...ÓRGÃO...)/AUTARQUIA/FUNDAÇ
ÃO...) E A EMPRESA (...),PARA A
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
REALIZAÇÃO DOS CURSOS NA TEMÁTICA
SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO.**

CONTRATANTE: O(A)(...Estado de Alagoas, por intermédio da(o) (...órgão...)/Autarquia/Fundação...), inscrita(o) no CNPJ sob o nº (...) e com sede na (...endereço...), representado(a) pelo (...cargo do ordenador de despesas...), Sr. (...nome...), nomeado pelo(a)(...Decreto/Portaria...) nº (...), de (...) de (...) de 20(...), publicado(a) no DOE/AL de (...) de (...) de 20(...), portador da matrícula funcional nº (...);

CONTRATADO: A empresa (...nome...), inscrita no CNPJ sob o nº (...), com sede na (...endereço...) e com o seguinte endereço eletrônico (...@...), representada pelo seu (...cargo do representante legal...), Sr. (...nome...), de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por (...procuração/contrato social/estatuto social...), inscrito no CPF sob o nº (...);

Os CONTRATANTES, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e aos preceitos de direito público, aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, inclusive Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, celebram o presente contrato, decorrente do processo administrativo nº E:01206.0000042157/2025 e do Pregão nº (...), mediante as cláusulas e condições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DOS CURSOS NA TEMÁTICA SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Especificação	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor Total
------	---------------	--------	-------------------	------------	----------------------	-------------

(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do Contratado; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. A contratação tem prazo de vigência até 31 de dezembro do corrente exercício financeiro, contado da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

2.2. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de Contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.5. O Contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (...) (...valor por extenso...), perfazendo o valor total de R\$ (...) (...valor por extenso...).

Item	Especificação	Quantidade	Valor (R\$) unitário
(...)	(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)	(...)

OU

5.1. O valor total da contratação é de R\$ (...) (...valor por extenso...).

Item	Especificação	Quantidade	Valor (R\$) unitário
(...)	(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)	(...)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em (.../.../...).

7.2. Após o interregno de 1 (um) ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

- 8.1.2. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.1.4. acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.1.5. comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade;
- 8.1.6. efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.7. aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato;
- 8.1.8. cientificar o órgão de representação judicial do Contratante para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.1.9. responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
- 8.1.10. explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 8.1.10.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias; para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
- 8.1.11. notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, quando for o caso;
- 8.1.12. comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA– OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. O Contratado deverá cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
 - 9.1.1. manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
 - 9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
 - 9.1.2. atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
 - 9.1.3. alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos,

ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.1.4. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.7. quando não for possível a verificação da regularidade no SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.8. responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.1.9. comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

9.1.10. prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

9.1.11. paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.12. promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.13. conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.14. submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.1.15. não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.16. manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.17. cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social, para jovem aprendiz, para mulher vítima de violência doméstica, dentre outras eventualmente exigidas, nos moldes e condições determinados em lei ou ato normativo que importe tal obrigação;

9.1.17.1. A contratação de aprendizes deverá atender, prioritariamente, aos adolescentes com idade entre quatorze e dezoito anos, nos termos do art. 53 do Decreto Federal nº 9.579, de 22 de novembro de 2018.

9.1.18. comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.1.19. guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.20. arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, “d”, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.21. cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto à eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa exigida durante a execução do contrato;

12.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao Contratado pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitem 12.1.2 a 12.1.4 do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 12.1.5 a 12.1.8 do subitem acima deste Contrato, bem como nos subitens 12.1.2 a 12.1.4 do subitem acima deste Contrato que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.4. **Multa:**

12.2.4.1. moratória de 0,1% (um décimo de por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 dias;

12.2.4.2. moratória de 0,1% (um décimo de por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 3% (três por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

12.2.4.2.1. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2.4.3. compensatória, para as infrações previstas nos itens 12.1.1 a 12.1.4, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato;

12.2.4.4. compensatória, para as infrações previstas nos itens 12.1.5 a 12.1.8, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

12.6.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.6.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.6.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.6.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

12.6.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159da Lei nº 14.133, de 2021).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no CEIS e no CNEP, instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.1.1. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.1.2. Quando a não conclusão do contrato referida no subitem anterior decorrer de culpa do Contratado:

13.1.2.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.1.2.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da mesma Lei.

13.1.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.2.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

15.1.1. Gestão/Unidade: 190563;

15.1.2. Fonte de Recurso: 713 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do Fundo de Segurança Pública - FSP ;

15.1.3. Programa de Trabalho: 06.122. 1017. 3633 - Valorização dos Profissionais de Segurança Pública;

15.1.4. Elemento de Despesa: 33.90.39 - Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica/ 48 - Serviços de Seleção e Treinamento;

15.1.5. Plano Interno: (...).

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as

disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento no PNCP.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o foro da comarca de Maceió, Alagoas, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Para firmeza e validade do pactuado, este termo de contrato foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, o qual, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos Contratantes.

Maceió (AL), em (...) de (...) de (...).

CONTRATANTE

CONTRATADO

TESTEMUNHA

CPF Nº

TESTEMUNHA

CPF Nº

ANEXO III – Termo de Referência;
Apêndice do Anexo III – Estudo Técnico Preliminar

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA-AL

Termo de Referência 148/2025**Informações Básicas**

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
148/2025	926474-SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA-AL	WESDRAS MAXMILLER DOS SANTOS BEZERRA	28/01/2026 14:41 (v 3.9)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		01206.0000042157/2025

1. Termo de referência

ESTADO DE ALAGOAS
POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS
TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS NÃO CONTINUADOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº

Processo Administrativo nºE: 01206.0000042157/2025

1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de pessoa jurídica para realização dos cursos na temática saúde e segurança do trabalho conforme quantidades e exigências a seguir estabelecidas:, mediante recursos federais do FNSP conforme condições e exigências e estabelecidas nesse instrumento.

ITEM	CATSER Descrição	Unidade d e Medida	QTD.
------	------------------	--------------------	------

Curso Aperfeiçoamento / Especialização Profissional:

LOTE ÚNICO	1	17663	Curso de noções de atendimento pré-hospitalar, para militares da área administrativa e operacional nos polos de Maceió, Arapiraca e Delmiro Gouveia. turma de 30 (trinta) alunos com carga horária de 30 HORAS. A empresa contratada ficará responsável pelo local do evento, no tocante as aulas teóricas e práticas, execução, logística, contratação de professores, coordenação pedagógica, coffeebreak, e material didático das turmas.	4
	2	17663	Curso de Brigada de incêndio para militares da área administrativa e operacional no polo de Maceió com turma de 30 (trinta) alunos com carga horária de 30 HORAS. A empresa contratada ficará responsável pelo local do evento, no tocante as aulas teóricas e práticas, execução, logística, contratação de professores, coordenação pedagógica, coffeebreak, e material didático das turmas.	1
	3	17663	Curso de ergonomia, para militares da área saúde, administrativa e operacional no polo de Maceió com turma de 30 (trinta) alunos cada com carga horária de 30 HORAS,. A empresa contratada ficará responsável pelo local do evento, no tocante as aulas teóricas e práticas execução, logística, contratação de professores, coordenação pedagógica, coffeebreak, e material didático.	1

Curso Aperfeiçoamento / Especialização Profissional:

Curso Aperfeiçoamento / Especialização Profissional:

1.2 O objeto dessa contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.

1.3 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, e não contínuos conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar e obedecendo a minuta da PGE;

1.3.1 O prazo de vigência da contratação é até 31 de dezembro do corrente exercício financeiro 2026 contado da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas na Lei.

1.4 A estimativa de valor foi baseada no Plano de aplicação aprovado pelo MJSP, aplicabilidade em todo o Estado.

1.5 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2.FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

2.1 A Polícia Militar, por meio da sua Diretoria de Saúde, vem planejando ações que visem a diminuição do estresse ocupacional, o aumento da capacidade de resposta inicial a eventos emergenciais e diminuição de afastamentos por Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho (DORTs), estas causadas por movimentos repetitivos, posturas inadequadas, esforço físico intenso ou prolongado e estresse e sobrecarga funcional no ambiente laboral. As DORTs incluem quadros como de tendinites, bursites, síndrome do túnel do carpo, lombalgias e lesões por esforços repetitivos. Em instituições de segurança pública, como a Polícia Militar, essas doenças podem se agravar em atividades operacionais, administrativas ou funções com alta demanda física ou postural. Por isso, ações de ergonomia e saúde ocupacional são fundamentais para prevenção.

2.2 A Portaria MJSP nº685/2024, que regulamenta as áreas temáticas para o uso eficiente dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública e define por escopo “a promoção de ações de valorização profissional, segurança no trabalho e a melhoria da qualidade de vida” com ênfase as situações de estresse, riscos ergonômicos, incidentes críticos e a saúde desses profissionais. Em consonância com a portaria MJSP nº685/2024, tem-se a Portaria SSPAL nº26/2024 que institui a Política de Qualidade no Trabalho da Segurança Pública de Alagoas (PQVTSP/AL), prevendo a adoção de ações e práticas que promovam o bem-estar no trabalho e a proteção à saúde de maneira sustentável, inclusive compreendendo “ações e medidas técnicas e educacionais de prevenção a acidentes e doenças ocupacionais visando a proteção da saúde do trabalhador e um ambiente organizacional segura, saudável e a proteção do trabalhador”, conforme Art. 7º, da mencionada Portaria. Assim, diante da especificidade técnica dos conteúdos dos cursos na temática de Saúde e Segurança no Trabalho (SST) propostos pela SSPAL, para o Plano de Ação/2025, a contratação de empresa com notória especialização se mostra necessária para garantir a qualidade e efetividade das ações formativas. Ainda discorrendo sobre a fundamentação legal, tem-se o alinhamento ao Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, o qual estabelece como ações estratégicas a capacitação e valorização profissional. A realização dos cursos em questão, voltada ao efetivo da PMAL, contribuirá para formação de brigadas internas qualificadas e melhoria do tempo-resposta em eventos críticos de saúde e acidentes, bem como para redução de riscos ergonômicos e operacionais.

2.3 Ex Positis, a contratação de empresa especializada se justifica pela demanda técnica específica, legalmente respaldada, e alinhada às políticas estaduais e federais de saúde ocupacional e segurança pública. A iniciativa contribuirá de forma decisiva para a valorização profissional, prevenção de danos e promoção da saúde integral dos militares estaduais. Portanto, se pede a permanência e atendimento da presente demanda no Plano de Ação 2025, o qual foi apreciado pela Douta Secretaria de Segurança Pública do Estado de Alagoas - SSPAL, e sua consolidação no Plano de Contratação Anual - PCA/2026, em deferência ao teor do Processo Administrativo E:02100.0000006100 /2024 da SSPAL e às diretrizes das legislações vigentes.

2.4 Assim sendo, propomos a realização dos cursos de 30Horas em NOÇÕES DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR (APH), BRIGADA DE INCÊNDIO e o CURSO DE ERGONOMIA no escopo da Saúde e Segurança no Trabalho da Polícia Militar de Alagoas que contribuirá certamente com uma cultural prevenção de doenças e busca constante pela vida saudável dos servidores e o conjunto familiar, o impacto dessa ação servirá para a autoestima, consciência corporal, diminuição do adoecimento e valorização da qualidade de vida dos profissionais da segurança pública da PMAL.

3.DESCRICÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1- A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste Termo de Referência.

4.REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1 Sustentabilidade;

4.1.1.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1.1.1 A Contratada deverá cumprir, sempre que possível, os critérios e as práticas de sustentabilidade estabelecidas no art. 4º do Decreto nº7.746/2012, alterado pelo Decreto nº9.178/2017, tais como a utilização preferencialmente de materiais reciclados, biodegradáveis ou atóxica na execução da solução contratada.

4.1.2 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.1.3 Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

4.1.3.1. Execução dos 3 Cursos na temática Saúde e Segurança no Trabalho para policiais militares da área administrativa e operacional, nos polos Maceió, Arapiraca e Delmiro Gouveia conforme detalhamento abaixo:

- 04 (quatro) turmas com 30 alunos cada, no curso noções de atendimento pré-hospitalar, 02 (duas) turmas na capital Maceió, 1 (uma) em Arapiraca e 1 (uma) em Delmiro Gouveia.
- 01 (uma) turma com 30 alunos cada no curso de Brigada de incêndio na capital Maceió
- 01 (uma) turma com 30 alunos no curso de ergonomia na capital Maceió.

4.1.3.1.2. Os profissionais que irão ministrar os cursos deverão ter e experiência em treinamentos e capacitações profissionais, ambos comprovados por meio de currículo, na categoria profissional de acordo com o curso. O currículo dos docentes deverá ser enviado previamente aos gestores para análise assim como o Plano de Trabalho da empresa que deverá ser enviado aos gestores após envio da ordem de serviço.

4.1.3.2 A empresa contratada deve disponibilizar um local de fácil acesso e bem localizado em Maceió, Arapiraca e Delmiro Gouveia (a depender do curso/turma) que tenham:

4.1.3.2.1. Salas de aulas com capacidade para 30 pessoas por turno para os cursos com boa acomodação, climatização. O local a ser realizada a ação deverá ser em região central da cidade de Maceió/Arapiraca/Delmiro Gouveia (a depender do polo que será realizado o curso) deve ter disponibilidade para vaga de estacionamento dos alunos Maceió e Arapiraca e Delmiro Gouve, além de banheiros masculino e feminino, espaço adequado para o coffee break com lanche saudável para os alunos durante os dias dos cursos descrito no presente TR. Os gestores do contrato deverão informar previamente quais turmas e cursos deverão ser realizados para a contratada conforme disponibilidade de alunos. Além disso, o local dos cursos deverão ser informados previamente aos gestores para análise dos requisitos necessários para a realização dos cursos.

4.1.3.2.2. Os profissionais que irão ministrar os cursos deverão ter e experiência em treinamentos e capacitações profissionais, ambos comprovados por meio de currículo, na categoria profissional de acordo com o curso. O currículo dos docentes deverá ser enviado previamente aos gestores para análise assim como o Plano de Trabalho da empresa que deverá ser enviado aos gestores após envio da ordem de serviço.

4.1.3.2.3. Deve-se a contratada disponibilizará para o treinamento prático do curso de Brigada de incêndio para as duas turmas com o grupo de 30 discentes cada conforme regulamenta grade curricular no ETP. E deve-se a contratada disponibilizará para o treinamento prático do curso de atendimento pré-hospitalar (APH) para as quatro turmas com o grupo de 30 discentes cada .

4.1.3.2.4. Deverá ofertar o seguinte serviço por turno (o turno matutino e 5 dias seguidos):

Carga horária do curso sendo cumprida durante o período Matutino: 07:00 as 13:00), tendo um intervalo de 30 minutos (metade do turno matutino 09:00 a 09:30) sendo servido o coofe-break: 6 variedades entre salgados, bolos, folhados, doces e biscoitos. Bebidas: café, água, dois tipos de sucos naturais, dois tipos de refrigerante (sugere-se pelo menos uma bebida sem açúcar). Trinta minutos de duração. Com todos os materiais necessários (pratos, copos, taças, talheres, bandejas, guardanapos, rechauds, e pessoal para a prestação dos serviços) pela empresa de CATSER 17663.

4.1.3.2.5. As turmas do curso serão gerenciadas por um Coordenador Geral/ Pedagogo (CBO: 2394-15), que deverá ter formação em nível superior com experiência comprovada.

4.1.4. Garantia da contratação:

4.1.4.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar;

5.MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. A contratação tem prazo de execução de 120 dias (4 meses), contado do efetivo recebimento da Ordem de Execução e seguirá o seguinte cronograma físico-financeiro:

5.1.1.1. Apresentação do plano de trabalho pela contratada para aprovação da contratante: até 10 (dez) dias após

Ordem de Execução;

5.1.1.2. Início do curso: até 20 (vinte) dias após aprovação do plano de trabalho pela contratante, podendo ser prorrogado por mais 5 (cinco) dias.

5.1.2. Realização do curso: Realização do curso: Execução de 3 (três) Cursos na temática Saúde e Segurança no Trabalho para policiais militares da área administrativa e operacional, sendo:

- 04 (quatro) turmas com 30 (trinta) alunos cada de noções de atendimento pré-hospitalar, duas turmas na capital Maceió, uma em Arapiraca e uma em Delmiro Gouveia;
- 01 (uma) turma com 30 (trinta) alunos cada de Brigada de incêndio, uma na capital Maceió
- 01 (uma) turma com 30 (trinta) alunos de ergonomia na capital Maceió

5.1.2.1 Sendo distribuída em uma semana letiva, com no máximo 6 h/aula por dia, sendo realizado em aproximadamente uma semana (de segunda a sexta) cada turma, podendo ser organizado em 2 semanas as turmas separadamente, tendo 30 (trinta) alunos em cada turma e carga horária de 30h (trinta horas), distribuída em uma semana letiva, com no máximo 6 h/aula por dia, sendo realizado em aproximadamente 1 (uma) semana (de segunda a sexta), exclusivamente no turno da manhã e; com intervalo para coffee break, conforme especificado no Quadro de Trabalho Semanal, item 5, Anexo 1.

5.1.3. Compete ainda à Contratada:

5.1.3.1. Requerer dos discentes o preenchimento da ficha de inscrição (Anexo 3), devendo essas fichas serem anexadas à Ata de Encerramento do Curso;

5.1.3.2. Elaborar e apresentar ao contratante a Ata de Encerramento do Curso (Anexo 1), encadernada e em mídia, contendo todas as informações da capacitação, inclusive fotos coloridas (no mínimo 5 fotos, sendo 1 para cada dia de Curso), devendo ser assinada e rubricada pela contratante e encaminhada em até 5 (cinco) dias úteis após o final do curso junto com a Nota Fiscal.

5.1.3.2.1 Se forem encontradas inconsistências na Ata de Encerramento, a empresa terá um prazo máximo de 48h para ajustes.

5.1.3.3. Providenciar para que os instrutores e toda equipe de coordenação compareçam ao local do curso com 30min de antecedência;

5.1.3.4. Distribuir os crachás, bem como todo material disponibilizado aos alunos, no primeiro dia de curso;

5.1.3.5. Controlar a frequência (Anexo 4) dos participantes em cada período da aula, incluindo-as na Ata de Encerramento do Curso, para futura prestação de contas, bem como fiscalizar e acompanhar possíveis evasões (abandono de curso) ou desistências, consignando tudo na Ata de Encerramento e com devido preenchimento do Requerimento de Desistência de Aluno (Anexo 6), para posterior análise e deliberação da Contratada e relatório fotográfico comprovando a realização dos cursos.

5.1.3.6. Aplicar com os alunos, instrumento de avaliação do curso (Anexo 2) para verificação de satisfação dos discentes em relação à capacitação aplicada, devendo a tabulação dessas avaliações estarem anexas à Ata de Encerramento do Curso;

5.1.3.7. Emitir, depois de concluso e sem ônus para a contratante, os certificados de conclusão do Curso para todos os alunos concludentes que alcançarem a frequência de participação no curso igual ou superior a 75% e ter obtido nota igual ou superior a 6,0 (seis) na avaliação final.

5.1.3.8. Manter em arquivo toda a documentação comprobatória referente ao Curso de Saúde Mental e Qualidade de Vida na Segurança Pública por, no mínimo, 10 (dez) anos após o término das atividades.

5.1.3.9. Face ao pós pandemia de Covid-19, se no momento da execução do objeto existirem restrições, regulamentos sanitários ou outras normativas, a contratada deverá segui-las rigorosamente.

5.1.3.9.1 Se houver necessidade de migração do ensino presencial para o ensino online ou híbrido, esta modificação deverá passar por aprovação prévia do gestor do contrato.

5.2. Da metodologia das aulas:

5.2.1. As aulas devem ser expositivas e dialogadas, com atividades em grupos e individuais para a facilitação do aprendizado, seguindo assim uma metodologia ativa e participativa;

5.2.2. Serão adotadas técnicas estimuladoras de aprendizagem, para assimilação do conteúdo das disciplinas teóricas e relacionadas com a experiência prática, abordando a exposição dialogada e estudos dirigidos.

5.3. Na condução das aulas, os professores e instrutores deverão orientar suas atividades de forma a:

5.3.1. Manter os alunos permanentemente incentivados nas questões abordadas, lançando mão de todos os recursos disponíveis, tendo em mente os métodos e processos previstos neste Plano;

5.3.2. Utilizar quatro fontes incentivadoras: a própria matéria de ensino; a didática (metodologia/estratégica) utilizada

- pelo professor; os modernos recursos audiovisuais; a experiência/competência do docente;
- 5.3.3. Estabelecer a cooperação sincera e honesta dos alunos entre si e com o professor (interatividade mútua);
- 5.3.4. Habituat os alunos a pedir esclarecimento sobre assuntos ministrados durante a aula;
- 5.3.5. Incutir e desenvolver hábitos de trabalho mental de atenção e reflexão assim como espírito de equipe, de ordem e método de análise e síntese;
- 5.3.6. Utilizar todos os recursos didáticos/midiáticos com clareza e precisão de linguagem para bem se fazer compreender;
- 5.3.7. Estimular a dedicação ao trabalho e desenvolver a confiança no esforço pessoal;
- 5.3.8. Orientar o aluno quanto à técnica mais apropriada para o estudo da disciplina e questões relacionadas à saúde e segurança no trabalho;
- 5.3.9. Verificar constantemente a aprendizagem dos alunos, de modo que se possa avaliar se houve aprendizagem a cada assunto exposto;
- 5.3.10. Estimular a cooperação entre os alunos, através de trabalho em grupo.
- 5.4. A avaliação dos alunos será realizada através de sua participação durante o curso, onde se verificará a absorção das técnicas ministradas e do conteúdo teórico dos conhecimentos transmitidos, frequência de participação no curso igual ou superior a 75% e através de avaliação final (prova escrita ou trabalho em grupo), sendo aprovado o aluno que obtiver média igual ou superior a 6,0 (seis) na avaliação final.
- 5.5. Do Corpo Discente:
- 5.5.1. Deverá ser composto por Profissionais da Segurança Pública do Estado de Alagoas, integrantes da Polícia Militar, que serão indicados pelo Comandante Geral da PMAL e posteriormente matriculados no Curso por meio de Portaria da PMAL publicada no BGO. Este processo de seleção de discente deverá ser acompanhado e validado pela Núcleo de Qualidade de Vida da PMAL;
- 5.5.2. O público alvo beneficiado compreenderá turmas com 30 (trinta) alunos em cada turma, totalizando 180 (cento e oitenta) discentes capacitados, conforme o quadro abaixo, e que serão indicados pelo Comandante Geral da PMAL através do BGO.

Distribuição de vagas para os Cursos:

	CURSOS TÉMATICA EM SAUDE E SEGURANÇA DO TRABALHO		
PMAL	Curso de noções de atendimento pré-hospitalar (APH) CH 30 HRS	Curso de brigada de incêndio. Carga Horária (C.H.): 30 horas	Curso de ergonomia Carga Horária (C.H.): 30 HORAS
POLICIAIS MILITARES DA ATIVA	120	30	30
TOTAL DE MILITARES			180

5.6. Métodos e processos de ensino:

- 5.6.1. O ensino relativo às atividades de classe deve ser objetivo, contínuo, gradual e sucessivo no âmbito de cada disciplina. Deverá ser conduzido de modo que a teoria abranja as ações da vida real, a prática se traduza em aplicação de real utilidade (em face dos objetivos educacionais enfocados), exista correlação entre a teoria e a prática e haja sequência lógica na enumeração e exposição dos assuntos de cada disciplina;
- 5.6.2. A execução dos programas será desenvolvida de acordo com as disciplinas ou assuntos dos diversos procedimentos didáticos: aula expositiva, conferência, debate, demonstração, discussão dirigida, estudo dirigido, estudo de caso, painel, palestra, resolução de problemas, seminário, trabalho em grupo, etc.

5.7. Do Coordenador do Curso:

- 5.7.1. São atribuições do Coordenador do Curso: controlar a frequência dos alunos; elaborar relatório; receber declaração e atestados médicos dos alunos; emitir declaração aos alunos, quando necessário; entregar os certificados ao final de cada curso e emitir a cada concludente um certificado de conclusão de curso nas medidas de

30cm x 21cm, em papel couchê com gramatura de 250g, segundo modelo da empresa em entregar de certificados, Squeeze (garrafa) térmica de 500 ml com logomarca do evento e mousepad ergonômico com logomarca do evento; coordenar o coffee break; administrar o tempo das aulas e dos intervalos e solucionar as demandas que surgirem, sempre com a orientação e supervisão dos gestores do contrato.

5.8. Do corpo docente:

5.8.1. O corpo docente deverá ser composto por Profissionais de nível superior, com notável saber e experiência nas áreas abordadas pelo curso, sendo especialistas e que estejam de acordo com o item 5.1.2 deste Termo de Referência. Salientando que os currículos dos docentes deverão ser submetidos à apreciação.

5.9. Do plano de curso:

5.9.1. Deverão constar no programa dos cursos obrigatoriamente as seguintes disciplinas do quadro abaixo, de acordo com plano de curso que segue em anexo:

Cursos temáticos em saúde e segurança do trabalho, será realizado na dinâmica de 3 cursos, sendo estes:

1- Curso de noções de atendimento pré-hospitalar (APH) Carga Horária (C.H.) 30 HORAS:

Curso de conhecimento básico na abordagem da vítima de trauma em que promove ao aluno policial extenso conhecimento teórico e prático em diversos segmentos do atendimento. Principais temas abordados pelo instrutor:

- Noções de legislação específica
- Avaliação da cena e pedido de apoio
- Segurança da cena
- Biomecânica e cinemática do trauma
- Avaliação primária e secundária no politraumatizado
- Medição e colocação do colar cervical
- Rolamento 90° e 180°
- Retirada de capacete
- Princípios do transporte de vítima pranchada
- Princípios de retirada da vítima da prancha e do colar cervical através dos protocolos NEXUS e regra Canadense
- Contenção de hemorragias
- Utilização do torniquete
- Abordagem às vítimas com objetos encravados e evisceração
- Realização do curativo de três pontos em ferimentos soprantes
- Avaliação e imobilização de pelve
- Abordagem à vítima de afogamento
- Abordagem à vítima de queimadura e choque elétrico
- Autoextricação orientada de veículos
- Imobilização de membros superiores e inferiores com tala aramada moldável
- Retirada rápida de veículo com 2 socorristas (utilizando anaconda) e 3 socorristas
- Mobilizações e imobilizações de vítimas em prancha longa em corredores, escada, sob veículos, sentadas, entre outros
- Retirada de vítimas de posições complexas dentro de veículos

- Improvisação de mobilização e imobilização de vítimas
- RCP no adulto, criança e bebê, com 1, 2 ou mais socorristas
- Manobras de desengasgo no adulto, criança e bebê
- Uso do desfibrilador externo automático
- Trauma de tórax e manejo básico de vias aéreas
- Choque
- Acesso venoso periférico e intraósseo
- Trauma de abdome
- Trauma de cabeça
- Trauma de coluna
- Trauma de extremidades
- Trauma pediátrico, geriátrico e na gestante
- Atendimento às vítimas de animais peçonhentos
- Urgências obstétricas e parto súbito
- Atendimento a múltiplas vítimas – Método START
- Carga horária de 8(oito) horas no mínimo de prática por turma.

2- Curso de brigada de incêndio. Carga Horária (C.H.): 30 horas

Capacitar o policial militar para conhecer noções de combate a princípio de incêndio e pânico em suas unidades ou em atividade policial. Principais temas abordados pelo instrutor:

- Teoria do fogo
- Propagação e dinâmica do fogo.
- Propagação e dinâmica do fogo
- Classes de Incêndio
- Prevenção de Incêndio
- Métodos de extinção Conhecer e descrever os métodos extintores de isolamento, abafamento, resfriamento e extinção química e suas aplicações;
- Agentes extintores: Conhecer e descrever os agentes extintores de água e pó químico seco (PQS), pelo menos os tipos AB, ABC e K; CO2, espumas e outros disponíveis Equipamentos de Proteção Individual (EPI)
- Demonstrar como utilizar os equipamentos de proteção individual (EPI).
- Equipamentos de combate a incêndio 1
- Conhecer e descrever os tipos e a operação de extintores portáteis e extintores sobre rodas, com carga de água, pó químico seco (PQS) BC e ABC, CO2, halotrom etc.; Equipamentos de combate a incêndio: Conhecer e descrever os equipamentos e os principais procedimentos de emergência para o correto funcionamento de bombas (elétricas Equipamentos de detecção, alarme e de comunicações: Conhecer e descrever os meios mais comuns de sistemas de detecção, alarme e de comunicações e funcionamento Abandono de Área: Conhecer e descrever as saídas de emergência, escadas de segurança, corredores e rotas de fuga. sistemas

de iluminação de emergência, elevador Pessoas com mobilidade reduzida: Conhecer e descrever as técnicas de abordagem, cuidados e condução de acordo com o plano de emergência da planta.

- Riscos específicos da planta: Conhecer e descrever os riscos específicos e o plano de emergência da planta. Visitar e conhecer as áreas dos riscos específicos da planta.
- PARTE DE PRIMEIROS SOCORROS: Avaliação Inicial: Conhecer e descrever os procedimentos para a avaliação do cenário, os mecanismos de lesões, o número de Vias Aéreas: Conhecer e descrever os sinais e sintomas de obstruções em adultos, criança e bebês conscientes e inconscientes e tratamento pré-hospitalar. Demonstrar Ressuscitação Cardiopulmonar (RCP): Conhecer e descrever as técnicas de ventilação artificial e compressão cardíaca externa (RCP) para adultos, crianças e bebês.
- Demonstrar como aplicar as técnicas de RCP: Conhecer e descrever os equipamentos semiautomáticos para desfibrilação externa. Demonstrar como utilizar equipamentos Estado de choque: Conhecer e descrever os sinais, sintomas e técnicas de prevenção e tratamento pré-hospitalar.
- Hemorragias: Conhecer e descrever as técnicas de hemostasia e tratamento pré-hospitalar.
- Fraturas: Conhecer e descrever as fraturas abertas e fechadas e técnicas de imobilizações e tratamento pré-hospitalar.
- Ferimentos: descrever os tipos de ferimentos e as consequências de gravidade dos ferimentos e o tratamento pré-hospitalar.
- Queimaduras: Conhecer e descrever os tipos de queimaduras (térmicas, químicas e elétricas) e os graus (primeiro, segundo e terceiro) das queimaduras; conhecer e descrever.
- Carga horária de 8 (oito) horas no mínimo de prática por turma.
-

3- Curso de ergonomia Carga Horária (C.H.): 30 HORAS

O curso Ensina ao policial militar sobre as lesões por esforços repetitivos, doenças ocupacionais, postura correta e a importância da fisioterapia do trabalho muscular. Principais temas abordados pelo instrutor:

- Riscos e seus agentes
- Lesões por Esforços Repetitivos
- Classificação da Ergonomia
- Análise dos postos de trabalho
- Sobrecarga de Trabalho
- Organização do Trabalho
- Objetivos da Ergonomia
- O reconhecimento e a avaliação dos agentes ergonômicos
- Doenças Ocupacionais
- Reflexões sobre a iluminação
- Ruídos e Vibrações
- Postura Correta
- Transporte Manual de Cargas
- Ferramentas Manuais
- Esforço Físico
- O papel dos sindicatos e das empresas na saúde e na segurança do trabalho
- Principais fatores que causam os acidentes e doenças profissionais
- Conceito de acidente de trabalho
- Legislação relativa à segurança e medicina do trabalho
- Importância da fisioterapia do trabalho muscular
- NR 17 Ergonomia (117.000-7).

5.10.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.10.1.1. Da estrutura física:

5.10.1.1.1. O local do curso deverá ser em região central da cidade de Maceió-Alagoas, Arapiraca-Alagoas e Delmiro Gouveia/Alagoas com estacionamento, banheiros masculino e feminino, sala de aula, sala para coordenação do curso, espaço adequado para o coffee break e deverá ter aprovação prévia do gestor do contrato;

5.10.1.1.2. A sala de aula deverá acomodar confortavelmente 30 participantes e possuir quadro branco, flipcharter, recursos audiovisuais, multimídia e de informática, condicionador de ar, cadeiras universitárias com braço e acolchoadas para todos os participantes, dentre outros recursos didáticos necessários para o bom andamento do curso;

5.10.1.1.3. A sala para coordenação deverá ser adequada para a realização dos trabalhos do coordenador do Curso;

5.10.1.1.4. O espaço destinado ao coffee break deverá ser próximo à sala de aula e ter capacidade para acomodar os participantes do curso, de modo que todos tenham acesso ao serviço.

5.10.1.2. Dos materiais a serem ofertados a cada participante no primeiro dia de curso:

5.10.1.2.1. Material didático impresso em folha A4, fonte Times New Roman, tamanho da fonte 12, encadernado com capa em Policloreto de Vinila (PVC) rígido transparente no formato A4 e em espiral, contendo toda temática das disciplinas do curso, seguindo as normas da ABNT;

5.10.1.2.2. Crachá de identificação com dimensões de 54 mm x 85,6 mm, com Brasão do Estado de Alagoas e Brasão da empresa contratada, nome do aluno e a instituição a que pertence;

5.10.1.2.3. 02 (duas) canetas esferográficas de cor preta personalizadas com seu logotipo identificadas com o nome do curso;

5.10.1.2.4. Bloco de anotações com 50 folhas em papel 75 g/m² e dimensões de aproximadamente 148 mm x 210 mm;

5.10.1.2.5. Pasta A4 com alça e zíper. Personalizada com seu logotipo em serigrafia ou baixo relevo. Tamanho: 27,0 (L) x (A) 37,0 cm. transparente. Fabricação em PVC Ecologicamente Correto (reciclável) de cor cinza, identificadas com o nome do curso e que deverá conter todo material acima descrito, compondo assim o Kit do aluno;

5.10.1.2.5. Squeeze (garrafa) térmica de 500 ml com logomarca do evento e mousepad ergonômico com logomarca do evento.

5.10.1.3. Ao final de cada curso, no último dia de aula, emitir a cada concludente, um certificado de conclusão de curso nas medidas de 30cm x 21cm, em papel couchê com gramatura de 250gr, segundo modelo de padrão nacional de curso.

5.10.1.4. Durante todo o período de aula deverão ser disponibilizados, aos alunos e instrutores, copos descartáveis, café e água;

5.10.1.5. Será ofertado, durante o intervalo das aulas no período da manhã, em todos os dias do curso, um coffee break com os seguintes itens: materiais descartáveis (copos, pratos, talheres, guardanapos), buffet com salada de frutas, frutas variadas (4 variedades de frutas), 2 (duas) opções de pratos salgados e 1 (uma) opção de prato doce, pães, patês, geleias, bolos, 2 (duas) opções de sucos (1 litro de cada), café, açúcar, adoçante e água gelada.

5.10.1.6. A contratada disponibilizará para o treinamento prático do curso de Brigada de incêndio para a turma com o grupo de 30 discentes:

1. Uso de hidrantes, extintores de incêndio;
2. local específico para tal finalidade com pista de treinamento;
3. 10 Extintor de Água Pressurizada;

4. 10 Extintor de Bicarbonato de Sódio (BC)
5. 10 Extintor de Fosfato Monoamônico (ABC)
6. 10 Extintor de Dióxido de Carbono (CO2)
7. Materiais combustível (gasolina, óleo diesel, e outros materiais necessários)
8. Estopas.
9. Prática com utilização de casa de fumaça objetivando simular uma edificação com um ou mais andares, o telhado pode ter arremessos e ângulos variados para o trabalho com escadas e pode conter dispositivo de entrada forçada.
10. Utilização de hidrantes de Incêndio e mangueiras para extinção do incêndio.
11. Disponibilizar equipamento de proteção de individual aos alunos para a prática (Óculos, luvas, capacete e uniforme para o combate ao fogo)

5.10.1.7. A contratada disponibilizará para o treinamento prático do curso de atendimento pré-hospitalar (APH) para todas as turmas no grupo de 30 discentes:

1. (03) Manequins Torso para Manobra de RCP em adulto e Criança
2. (03) Imobilizador de cabeça
3. (03) Reanimador Manual em PVC (Ambu)
4. (01) Kit oxigenioterapia
5. (03) Colar cervical
6. (03) Colete de imobilização
7. (01) Desfibrilador
8. (02) Prancha de Resgate em Polietileno
9. (03) kit de Tala Moldável Aramada em EVA
10. (04) Kit Aph Torniquete, Bandagem, Tesoura ponta romba

5.10.1.8 A contratada disponibilizará transporte de ida e volta ao local da prática a partir do local de aulas teóricas na capital Maceió e na cidade de Arapiraca, escolhido pela contratada com anuência dos gestores do contrato.

5.10.1.9. Em relação ao CATSER 17663, Descrição complementar (*Curso de Brigada de incêndio para militares da área administrativa e operacional nos polos de Maceió com turma de 30 (trinta) alunos com carga horária de 30 HORAS. A empresa contratada ficará responsável pelo local do evento, execução, logística, contratação de professores, coordenação pedagógica, coffeebreak, e material didático das turmas*) **atender a Norma da ABNT NBR 14276**, (esta Norma estabelece os requisitos mínimos para a composição, formação, implantação e reciclagem de brigadas de incêndio, preparando-as para atuar na prevenção e no combate ao princípio de incêndio, abandono de área e primeiros-socorros, visando, em caso de sinistro, proteger a vida e o patrimônio, reduzir as consequências sociais do sinistro e os danos ao meio ambiente.), bem como, atender a Instrução Técnica CBMAL17 /2021 (Estabelece as condições mínimas para a composição, formação, implantação, treinamento e atualização da brigada de incêndio, para atuação em edificações e áreas de risco no Estado de Alagoas, na prevenção e no combate ao princípio de incêndio, abandono de área e primeiros socorros, visando, em caso de sinistro, proteger a vida e o patrimônio, reduzir os danos ao meio ambiente, até a chegada do socorro especializado, momento em que poderá atuar no apoio.).

5.11 Especificação da garantia do serviço:

5.11.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.3 Do consórcio:

5.3.1 De acordo com a Lei nº 14.133/2021, em seu Art. 15 in verbis: “Salvo vedação devidamente justificada, no processo licitatório pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio”;

5.3.2 Assim sendo, de acordo com a complexidade e o vulto da contratação não se aceitará consórcio da disputa da licitação ou da contratação, de modo a permitir que mais empresas compitam individualmente entre si pela solução, aumentando o universo da disputa e a chance da obtenção de melhor proposta.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O Contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. Fiscalização:

6.6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.7. Fiscalização Técnica:

6.7.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (As despesas de deslocamento dos 2 (dois) fiscais (gestores) contratuais por meio veicular (carro) para o interior do estado de Alagoas nas cidades de Arapiraca e Delmiro Gouveia ficarão à cargo da contratada.

6.7.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.7.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.6. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.8. Fiscalização Administrativa:

6.8.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.9. Gestor do Contrato:

6.9.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.9.3. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.9.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.9.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.9.6 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.9.7 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 Avaliação e execução

7.1. A execução do objeto possuirá o seguinte modelo de gestão e obedecerá aos seguintes critérios de medição e pagamento:

7.1.1 A comunicação a serem estabelecidos entre o órgão ou entidade e a Contratada deverá ser via telefone:
WESDRAS MAXMILLER DOS SANTOS BEZERRA - SGT QPS PM- Mat 1141-0 / (82) 98831-9770
WENDELL MISSANO PINTO - SGT QPS PM - Mat. 11525 / (82) 9115-5916

7.1.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação de recursos necessários,

7.1.3.O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

7.1.4. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base no cumprimento das exigências e obrigações previstas neste Termo de Referência, Planejamento CATSER 17663;

7.1.4.1. Um relatório de execução com as contratações e com os nomes dos profissionais com seus conselhos profissionais e currículo para comprovação de experiência

7.1.4.2. Em relação ao evento a empresa deve entregar um relatório fotográfico detalhado, assinaturas dos militares participantes, dados coletados dos militares que foram atendidos

7.1.4. 5. A qualidade dos serviços será constantemente monitorada, acompanhamento In Loco, para evitar sua degeneração, devendo a Contratante intervir para corrigir ou aplicar 8800;

7.1.4. 6. Um registro fotográfico encaminhado a PMAL e também ao setor de imprensa da PMAL (ASCOM), os serviços executados;

7.1.4.6.1. Registro do número de inscritos ser Tal planejamento e/ou plano de ação do evento serão apresentados a PMAL;

7.1.4.7 O relatório de execução servirá como base de acompanhamento, fiscalização e/ou comprovação dos serviços executados pela contratada junto aos gestores.

7.1.4.8. Toda documentação comprobatória deverá ser entregue em até 5 dias após o término e estarão sujeitas a aprovação pelo gestor do contrato.

7.1.4.8.1. Se forem encontradas inconsistências na Ata de Encerramento, a empresa terá um prazo máximo de 48h para ajustes.

7.1.5. A qualidade dos serviços será constantemente monitorada para evitar sua degeneração, devendo a Contratante intervir para corrigir ou aplicar as sanções previstas no edital

7.1.5.1. O gestor do contrato irá realizar vistorias periódicas e não agendadas com lista de verificação da conformidade dos itens exigidos nesse Termo de Referência.

7.1.6. São consideradas causas para a rescisão contratual ou desfazimento do vínculo com o Adjudicatário:

7.1.6.1. Não cumprir os requisitos necessários quanto às instalações físicas no transcorrer do Curso;

7.1.6.2. Atrasar o início do curso ou interrompê-lo sem justificativa;

7.1.6.3. Substituir docentes sem justificativa e sem a prévia aprovação do gestor do contrato;

7.2. Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a Contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

7.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e comunicando à autoridade competente, quando for o caso, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.4. As decisões que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas cabíveis

7.5. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.6. não produziu os resultados acordados;

7.7. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.8. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2 Recebimento do objeto:

7.2.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo

7.2.1.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.2.1.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.2.1.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.2.1.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.2.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.2.2.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.2.2.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.2.2.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.2.2.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.2.2.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2.3. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.2.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor do contrato ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimento.

7.2.4.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.2.4.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções.

7.2.4.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas.

7.2.4.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal/Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.2.4.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.2.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.2.6. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.2.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.3. Liquidação:

7.3.1. Recebida a Nota Fiscal/Fatura, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.3.2. O prazo de que trata o subitem anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal/Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.3.3.1. o prazo de validade;

7.3.3.2. a data da emissão;

7.3.3.3. os dados do contrato e do órgão ou entidade contratante;

7.3.3.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.3.3.5. o valor a pagar; e

7.3.3.6. O eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.3.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.3.5. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133 /2021.

7.3.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no procedimento de contratação, bem como ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e

Suspensas– CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas– CNEP para identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.3.7. Constatando-se a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.3.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.3.9. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado o contraditório e a ampla defesa.

7.3.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF

7.4. Prazo de pagamento:

7.4.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

7.4.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA.

7.5. Forma de pagamento:

7.5.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.5.1.1. O Contratado assumirá os custos decorrentes da transferência de valores caso indique conta bancária que não seja da Caixa Econômica Federal – CEF.

7.5.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.5.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.5.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.5.4 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

8.1.1 Não poderão disputar esta licitação empresas reunidas em consórcio. A vedação tomou por base o valor e o nível de complexidade dos produtos adquiridos.

8.2. Regime de Execução:

8.2.1. O regime de execução do contrato será na empreitada por preço unitário ao final da execução de cada turma.

8.3 Exigências de habilitação:

8.3.1 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta ao SICAF, CEIS e CNEP.

8.3.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.3.3. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.5. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.3.6. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.3.7. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.3.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.3.9. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz

8.3.10. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.3.11. Para fins de contratação, deverá o interessado comprovar os requisitos de habilitação a seguir.

8.4 Habilitação Jurídica:

8.4.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4.2. Microempreendedor Individual- MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual- CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio correspondente

8.4.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal– SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada- EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores

8.4.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.4.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.4.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.4.7. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf– DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário.

8.4.8. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS– CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009.

8.4.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.5 Habilitação social, fiscal e trabalhista

8.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.5.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.5.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.5.4. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.5.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.5.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou distrital, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível como objeto contratual;

8.5.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata;

8.5.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na formada respectiva legislação de regência.

8.5.9 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.5.10 O fornecedor deve apresentar Declaração de Cumprimento de Cota de Aprendizagem – DCCA, conforme o art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, acompanhada da apresentação de Certidão de Regularidade na Contratação de Aprendizizes emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego através da Secretaria de Inspeção do Trabalho. Ficam liberadas de apresentar DCCA e documentos complementares as microempresas e empresas de pequeno porte.

8.5.11. Durante a vigência do contrato, a cada 6 (seis) meses, deve ser renovada a Declaração de Cumprimento de Cota de Aprendizagem – DCCA, conforme o art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, acompanhada da apresentação de Certidão de Regularidade na Contratação de Aprendizizes emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, através da Secretaria de Inspeção do Trabalho

8.5.12 Ficam liberadas de apresentar DCCA e documentos complementares as microempresas e empresas de pequeno porte.

Reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social:

8.5.13 Deverá ser apresentada declaração de cumprimento da reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, nos moldes do art. 93, da Lei n.º 8.213/91.

8.5.13.1 . A verificação do cumprimento da reserva de cargos será feita, preferencialmente, através de espelhamento entre a declaração apresentada pelo licitante e certidão emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego através da Secretaria de Inspeção do Trabalho.

8.5.13.2 Ao longo de toda a execução do contrato, o contratado deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, sob o risco de extinção contratual pela Administração Pública.

8.6 Qualificação econômico-financeira:

8.6.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de sociedade simples;

8.6.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

8.6.3 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.6.3.1 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.6.3.2 As empresas criadas no exercício financeiro da dispensa deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

8.6.3.3 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.6.3.4 Caso o fornecedor seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.6.3.5 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital- ECD ao Sped.

8.6.4 A empresa, que apresentar resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) deverá comprovar patrimônio líquido mínimo de até 10% (10 por cento) do valor estimado da contratação.

8.7 Qualificação Técnica:

8.7.1 Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.7.1.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com o mínimo de:

8.7.1.1.1 Características: Execução de cursos na área de saúde e segurança do trabalho.

8.7.1.1.2 Quantidades: no mínimo 50% (cinquenta por cento) da quantidade do objeto licitado.

8.7.1.1.3 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.7.1.1.4 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.7.1.1.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 valor estimado de R\$ 248.386,40 (duzentos e quarenta e oito mil trezentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos)

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNID	QUANTITATIVO	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL
LOTE UNICO	1	17353	Un.	4		
		CURSO APERFEICOAMENTO / ESPECIALIZACAO PROFISSIONAL DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: Curso de noções de atendimento pré-hospitalar, para militares da área administrativa e operacional nos polos: sendo 2 (dois) em Maceió/AL, 1 (um) em Arapiraca/AL e 1 (um) em Delmiro Gouveia/AL. turma de 30 (trinta) alunos com carga horária de 30 HORAS. A empresa contratada ficará responsável pelo local do evento, execução, logística, contratação de professores, coordenação pedagógica, coffeebreak, e material didático das turmas.				
	2	17353	Un.	1		
		CURSO APERFEICOAMENTO / ESPECIALIZACAO PROFISSIONAL DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: Curso de Brigada de incêndio para militares da área administrativa e operacional nos polo de Maceió com turma de 30 (trinta) alunos com carga horária de 30 HORAS. A empresa contratada ficará responsável pelo local do evento, execução, logística, contratação de professores, coordenação pedagógica, coffeebreak, e material didático das turmas.				
	3	17353	Un.	1		
		CURSO APERFEICOAMENTO / ESPECIALIZACAO PROFISSIONAL DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: Curso de ergonomia, para militares da área saúde, administrativa e operacional no polo de Maceió. com turma de 30 (trinta) alunos cada com carga horária de 30 HORAS. A empresa contratada ficará responsável pelo local do evento, execução, logística, contratação de professores, coordenação pedagógica, coffeebreak, e material didático.				
						VALOR TOTAL R \$ 248.386,40

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

10.1.1 Gestão/Unidade:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 183/SUPLOR/2026

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	19563	UNIDADE GESTORA:	190563
PLANO ORÇAMENTÁRIO:	1118 - Serviços de terceiros PJ		
REGIÃO DE PLANEJAMENTO:	210 - Todo Estado		
PLANO DE TRABALHO:	06.122. 1017. 3633 - Valorização dos Profissionais de Segurança Pública		
ELEMENTO DE DESPESA:	33.90.39 - Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Subelemento 48 - Serviços de Seleção e Treinamento		
GRUPO:	3 - Outras Despesas Correntes		
FONTE:	713 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do Fundo de Segurança Pública - FSP		
LICITAÇÃO:	12 - Pregão		
VALOR TOTAL:	R\$ 248.386,40 (duzentos e quarenta e oito mil trezentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos).		

ATESTO que a presente contratação está contemplada no Plano de Contratações Anual, elaborado nos moldes do Decreto Estadual nº 90.385/2023.

ATESTO, sob a minha responsabilidade, as especificações do objeto estão limitadas ao mínimo imprescindível à satisfação do interesse público, presente na generalidade dos produtos e modelos existentes no mercado, não consignando marca ou característica, especificação ou exigência exclusiva, excessiva, impertinente, irrelevante ou desnecessária que possa direcionar o certame ou limitar ou frustrar a competição ou a realização do objeto contratual

MACEIÓ, 28 de janeiro de 2026.

Wesdras Maxmiller dos Santos Bezerra - 2º SGT QPS PM
Mat. 11410
Gestor 1 da Ação do FNSP

Wendell Missano Pinto - 3º SGT QPS PM

2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Nomeado gestor desta ação através da PORTARIA/SSP No 834/2025, publicada em D.O.E. de 01/07/2025

WESDRAS MAXMILLER DOS SANTOS BEZERRA

Gestor da ação



Assinou eletronicamente em 28/01/2026 às 14:41:55.

Despacho: Nomeado gestor desta ação através da PORTARIA/SSP No 834/2025, publicada em D.O.E. de 01/07/2025

WENDELL MISSANO PINTO

gestor da ação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - anexos.docx (14.58 KB)

ANEXOS
ANEXO 1
ATA DE ENCERRAMENTO DA TURMA XX/2026

Aos _____ dias do mês de _____, do ano de dois mil e vinte xx, nesta cidade de Maceió, Estado de Alagoas, deu-se por encerrada a turma XX/202x do “
1. Local de Funcionamento: A Turma XX/202x do “Cursos na temática Saúde e Segurança no Trabalho para policiais militares da área administrativa e operacional”, ocorreu no (a) _____,

2. Estrutura de Administração:

Dados do Coordenador(a):

Nome:

CPF:

Tel.:

E-mail:

3. Corpo Docente: TODOS OS CURSOS

INSTRUTORES:

Curso de noções de atendimento pré-hospitalar C/H: 30 HORAS:

1

2

3

Curso de Brigada de incêndio C/H: 30 HORAS:

1

2

3

Curso de ergonomiaC/H: 30 HORAS

1

2

3

A carga-horária prevista para cada Disciplina, de acordo com o QTS, foi plenamente executada por cada um dos Instrutores.

4. Corpo Discente:

Os xx (nº de alunos) alunos matriculados na XX (nº da turma) Turma do foram indicados pela Núcleo de qualidade de Vida e xx deles (ou todos) concluíram o curso.

4.1 Relação dos Alunos Concludentes:

4.2 Relação dos Alunos Desistentes:

Para constar e para os devidos fins, a relação de concludentes, após a finalização do curso e aprovação desta Ata, será publicada em Diário Oficial do Estado de Alagoas.

5. Quadro de Trabalho Semanal (QTS) Executado de cada curso:

HORÁRIO	Dia __/__/__	Dia __/__/__	Dia __/__/__	Dia __/__/__	Dia __/__/__
07h – 08h	Disciplina	Disciplina	Disciplina	Disciplina	Disciplina
08h – 09h	Disciplina	Disciplina	Disciplina	Disciplina	Disciplina
09h – 09h30	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO
09h30 – 10h30	Disciplina	Disciplina	Disciplina	Disciplina	Disciplina
11h30 – 13h00	Disciplina	Disciplina	Disciplina	Disciplina	Disciplina

- 04 (turmas) turmas com 30 (trinta) alunos cada no curso de noções de atendimento pré-hospitalar, duas turmas na capital Maceió/Arapiraca/Delmiro Gouveia;

- 01 (uma) turma com 30 (trinta) alunos cada no curso de Brigada de incêndio, na capital Maceió;

- 01 (uma) turma com 30 (trinta) alunos cada no curso de ergonomia, na capital Maceió.

6. Avaliação do Curso:

Foram feitas as devidas avaliações e a tabulação das mesmas segue anexa a esta Ata.

7. Meios-Auxiliares utilizados:

(Listar todos os recursos utilizados.)

8. Material Didático e de Apoio:
(Listar todo material utilizado.)

9. Anexos:

Seguem anexos a esta Ata os seguintes documentos:

1. Fichas de inscrição (Cópias dos Documentos RG/CPF)
2. Frequências
4. Fotos do quatro cursos, sendo realizados
6. Tabulação da Avaliação do Curso
8. Modelo da Prova com Gabarito e notas dos alunos

E como nada mais havia a ser registrado na presente Ata, depois de lida e aprovada pela Coordenação-Geral, segue devidamente assinada.

CURSO REALIZADO (especificando qual curso que foi realizado):

TURMA:

Nome:

Posto/Função:

E-mail:

Telefone:

CRÍTICAS/SUGESTÕES:

ASSINATURA DO COORDENADOR DO CURSO
xx/xx/xx, Maceió/AL

ANEXO 2
MODELO DE AVALIAÇÃO DO CURSO

EVENTO:	Excelente	Bom	Regular	Ruim
Alcance dos objetivos propostos				
Conteúdo				
Carga horária				
Aplicabilidade no trabalho				

Qualidade do material apresentado				
--	--	--	--	--

CORPO DOCENTE	Excelente	Bom	Regular	Ruim
Domínio do conteúdo				
Didática				
Carga horária				
Pontualidade				
Administração do tempo				

AUTO-AVALIAÇÃO	Excelente	Bom	Regular	Ruim
Interesse				
Participação				
Assiduidade				
Pontualidade				

INFRA-ESTRUTURA	Excelente	Bom	Regular	Ruim
Instalações Físicas				
Materiais de Apoio				

AVALIAÇÃO GERAL DO CURSO	Excelent e	Bo m	Regula r	Ruim
Avaliação geral sobre o curso				

CRÍTICAS/SUGESTÕES: _____

ASSINATURA DO COORDENADOR DO CURSO
REPRESENTANTE DA EMPRESA

ANEXO 3
FICHA DE INSCRIÇÃO
ESPECIFICAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA
ENDEREÇO E LOGOTIPO

CURSO TEMÁTICO: _____

LOCAL: _____

PERÍODO: ____/____/____ à ____/____/____

DADOS PESSOAIS _____

NOME COMPLETO: _____

Nº IDENTIDADE _____

CPF _____
MATRÍCULA _____
MÃE _____
PAI _____
DATA DE NASCIMENTO _____
NATURALIDADE _____
POSTO/FUNÇÃO _____
LOTAÇÃO _____
ENDEREÇO RESIDENCIAL _____
ENDEREÇO _____
BAIRRO _____
CIDADE _____
UF _____
CEP _____
TELEFONE RESIDENCIAL() _____
CELULAR() _____
E-MAIL _____

TERMO DE COMPROMISSO

1. Declaro-me ciente das obrigações como aluno, assim como da frequência e assiduidade no curso ofertado;
2. Declaro-me apto físico e mentalmente para participar do referido curso;
3. Assumo a total responsabilidade por eventuais ônus oriundos da minha evasão ou desistência do Cursos na temática Saúde e Segurança no Trabalho para Policiais Militares.

Maceió, _____ de _____ de 20____

ASSINATURA DO ALUNO

ANEXO 4 ESPECIFICAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ENDEREÇO E LOGOTIPO

CURSO _____
TURMA:
LOCAL:
DATA:
HORA:
Disciplina:

Professor:
FREQUÊNCIA

Nº

Nome

Instituição

CPF

Telefone

Assinatura:

1 _____

2 _____

3 _____

4 _____

5 _____

6 _____

7 _____

8 _____

professor

Coordenador do Curso

ANEXO 6
ESPECIFICAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA
ENDEREÇO E LOGOTIPO
REQUERIMENTO DE DESISTÊNCIA

Eu, _____
_____, com estado civil de: _____, residente e
domiciliado(a)
na: _____ nº _____
_____, bairro: _____, CEP: _____,
cidade: _____, UF: _____. Tel: _____,
Cel: _____. Portador(a) do CPF nº _____ -

_____, inscrito(a) no RG nº _____, ocupante do Cargo Público: _____ e lotado no(a): _____, venho através desta, REQUERER minha DESISTÊNCIA DO Curso _____ – CONVÊNIO, turma: _____, pelos motivos ora expostos:

Nestes termos, pede-se deferimento.
Maceió/AL, _____ de _____ de 202x

Assinatura do Requerente

ANEXO 7 PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

Identificação da Empresa:

Identificação do Serviço: Cursos de Temáticos em Saúde e Segurança do trabalho.

Período: 1 Semana (6 horas/dia)

Turno: Manhã - 07:00 as 13:00 horas

Carga Horária 30h

Participantes: 180 militares nas cidades de Maceió, Arapiraca e Delmiro Gouveia -

Alagoas divididos nos cursos:

1. Curso de NOÇÕES DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR (APH): 04 (quatro) turmas de 30 (trinta) alunos cada com carga horária de 30 HORAS: sendo 02 turmas de 30 alunos cada na capital Maceió/AL, 01 turma de 30 alunos em Arapiraca/AL e 01 turma de 30 alunos em Delmiro Gouveia/AL.

2. Curso de brigada de incêndio : 01 turma de 30 alunos na capital Maceió com carga horária de 30 HORAS

3. Curso de ergonomia : 01 (uma) turma de 30 (trinta) alunos cada com carga horária de 30 HORAS, sendo 01 turma na capital Maceió.

Período: 1 Semana com 6 horas/dia de aula por turma de cada curso.

1. Materiais e equipamentos por curso isolado do lote:

Especificação	Valor unitário	Valor total
1. Espaço para realização do Curso 2.		
1. Coffee break 2.		
Materiais de Expediente: 1. Pasta personalizada 2.		
1. Crachá personalizado 2.		
1. Apostila (material didático impresso) 2.		
1. Caneta 2.		
1. Bloco de anotações 2.		
1. Certificado de conclusão 2.		
Equipamentos e recursos: 1. Audiovisuais 2.		
1. Multimídia 2.		
1. Informática 2.		
1. Materiais descartáveis 2.		

2. Recursos Humanos

2.1 Docentes:

PROFESSOR :	Valor hora/aula	Valor total
TOTAL:		

2.2 Apoio:

Coordenação	Valor unitário	Valor total
Coordenador do curso		

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA-AL

Estudo Técnico Preliminar 180/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 01206.0000042157/2025

2. Descrição da necessidade

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A Polícia Militar, por meio da sua Diretoria de Saúde, vem planejando ações que visem a diminuição do estresse ocupacional, o aumento da capacidade de resposta inicial a eventos emergenciais e diminuição de afastamentos por Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho (DORTs), estas causadas por movimentos repetitivos, posturas inadequadas, esforço físico intenso ou prolongado e estresse e sobrecarga funcional no ambiente laboral. As DORTs incluem quadros como de tendinites, bursites, síndrome do túnel do carpo, lombalgias e lesões por esforços repetitivos. Em instituições de segurança pública, como a Polícia Militar, essas doenças podem se agravar em atividades operacionais, administrativas ou funções com alta demanda física ou postural. Por isso, ações de ergonomia e saúde ocupacional são fundamentais para prevenção. A Portaria MJSP nº685/2024, que regulamenta as áreas temáticas para o uso eficiente dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública e define por escopo “a promoção de ações de valorização profissional, segurança no trabalho e a melhoria da qualidade de vida” com ênfase as situações de estresse, riscos ergonômicos, incidentes críticos e a saúde desses profissionais. Em consonância com a portaria MJSP nº685/2024, tem-se a Portaria SSPAL nº26/2024 que institui a Política de Qualidade no Trabalho da Segurança Pública de Alagoas (PQVTSP/AL), prevendo a adoção de ações e práticas que promovam o bem-estar no trabalho e a proteção à saúde de maneira sustentável, inclusive compreendendo “ações e medidas técnicas e educacionais de prevenção a acidentes e doenças ocupacionais visando a proteção da saúde do trabalhador e um ambiente organizacional segura, saudável e a proteção do trabalhador”, conforme Art. 7º, da mencionada Portaria. Assim, diante da especificidade técnica dos conteúdos dos cursos na temática de Saúde e Segurança no Trabalho (SST) propostos pela SSPAL, para o Plano de Ação/2025, a contratação de empresa com notória especialização se mostra necessária para garantir a qualidade e efetividade das ações formativas. Ainda discorrendo sobre a fundamentação legal, tem-se o alinhamento ao Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, o qual estabelece como ações estratégicas a capacitação e valorização profissional. A realização dos cursos em questão, voltada ao efetivo da PMAL, contribuirá para formação de brigadas internas qualificadas e melhoria do tempo-resposta em eventos críticos de saúde e acidentes, bem como para redução de riscos ergonômicos e operacionais.

Ex Positis, a contratação de empresa especializada se justifica pela demanda técnica específica, legalmente respaldada, e alinhada às políticas estaduais e federais de saúde ocupacional e segurança pública. A iniciativa contribuirá de forma decisiva para a valorização profissional, prevenção de danos e promoção da saúde integral dos militares estaduais. Portanto, se pede a permanência e atendimento da presente demanda no Plano de Ação 2025, o qual foi apreciado pela Douta Secretaria de Segurança Pública do Estado de Alagoas - SSPAL, e sua consolidação no Plano de Contratação Anual - PCA /2026, em deferência ao teor do Processo Administrativo E:02100.0000006100/2024 da SSPAL e às diretrizes das legislações vigentes.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Polícia Militar de Alagoas	Paulo Amorim Feitosa Filho – Cel QOC PM Comandante Geral

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 CÓDIGO CATSER (DESCRIÇÃO E UNIDADE DE MEDIDA)

ITEM	CATSER Descrição	Unidade d e Medida
------	------------------	--------------------

Curso Aperfeiçoamento / Especialização Profissional:

1	17663	Curso de noções de atendimento pré-hospitalar, para militares da área administrativa e operacional nos polos de Maceió, Arapiraca e Delmiro Gouveia. turma de 30 (trinta) alunos com carga horária de 30 HORAS. A empresa contratada ficará responsável pelo local do evento, no tocante as aulas teóricas e práticas, execução, logística, contratação de professores, coordenação pedagógica, coffeebreak, e material didático das turmas.	Unidade
---	-------	--	---------

Curso Aperfeiçoamento / Especialização Profissional:

LOTE	2	17663	Curso de Brigada de incêndio para militares da área administrativa e operacional no polo de Maceió com turma de 30 (trinta) alunos com carga horária de 30 HORAS. A empresa contratada ficará responsável pelo local do evento, no tocante as aulas teóricas e práticas, execução, logística, contratação de professores, coordenação pedagógica, coffeebreak, e material didático das turmas.	Unidade
ÚNICO				

Curso Aperfeiçoamento / Especialização Profissional:

3	17663	Curso de ergonomia, para militares da área saúde, administrativa e operacional no polo de Maceió com turma de 30 (trinta) alunos cada com carga horária de 30 HORAS,. A empresa contratada ficará responsável pelo local do evento, no tocante as aulas teóricas e práticas execução, logística, contratação de professores, coordenação pedagógica, coffeebreak, e material didático.	Unidade
---	-------	--	---------

4.1.1 JUSTIFICATIVA DA DESCRIÇÃO OU UNIDADE DE MEDIDA COMPLEMENTAR

Considerando a insuficiência da Descrição ou Unidade de Medida dos códigos CATSER/CATMAT utilizados, há necessidade da exigência das seguintes especificações técnicas complementares, que, compatíveis com a Descrição ou Unidade de Medida dos códigos CATSER/CATMAT utilizados, não apresentam divergência ou dissociação: - em relação ao CATSER 17663, será necessário observar as especificações técnicas, bem como, a descrição complementar dos itens solicitados, tendo em vista a insuficiência da descrição dos códigos CATSER, haja vista, as especificidades dos itens solicitados de forma personalizada, para a realização do curso garantido um local de aperfeiçoamento e qualificação;

4.1.2 JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS PARA A ESCOLHA DO OBJETO E SUAS ESPECIFICAÇÕES.

Ex Positis, a contratação de empresa especializada se justifica pela demanda técnica específica, legalmente respaldada, e alinhada às políticas estaduais e federais de saúde ocupacional e segurança pública. A iniciativa contribuirá de forma decisiva para a valorização profissional, prevenção de danos e promoção da saúde integral dos militares estaduais. Portanto, se pede a permanência e atendimento da presente demanda no Plano de Ação 2025/2026, o qual foi apreciado pela Douta Secretaria de Segurança Pública do Estado de Alagoas - SSPAL, e sua consolidação no Plano de Contratação Anual - PCA /2026, em deferência ao teor do Processo Administrativo E:02100.0000006100 /2024 da SSPAL e às diretrizes das legislações vigentes

4.2 NORMATIVOS APLICÁVEIS AO OBJETO

4.2.1 O objeto da contratação, ou a atividade de sua comercialização, encontra-se disciplinado pelos seguintes normativos, inclusive técnicos ou sobre critérios ou práticas de sustentabilidade, cujas exigências ou requisitos devem ser incorporados ao termo de referência /projeto básico, como:

O objeto da contratação, ou a atividade de sua comercialização, encontra-se disciplinado pelos seguintes normativos, inclusive técnicos ou sobre critérios ou práticas de sustentabilidade, cujas exigências ou requisitos devem ser incorporados ao termo de referência, como: Obrigações da Contratada: - Em relação a todos os CATSER atender a Lei nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em especial, os dispositivos que tratam da Educação Profissional e Tecnológica. (8700663), o Decreto 5.154, de 23 de Julho de 2004, que regulamenta dispositivos da LDB no tocante a educação profissional e tecnológica, bem como, a Resolução CNE/CEB nº 06/2012, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio em especial os normativos relativos as saídas intermediárias e a qualificações; Em relação ao CATSER 17663, Descrição complementar (Curso de Brigada de incêndio) para militares da área administrativa e operacional nos polos de Maceió com turma de 30 (trinta) alunos com carga horária de 30 HORAS. A empresa contratada ficará responsável pelo local do evento, no tocante as aulas teóricas e práticas, execução, logística, contratação de professores, coordenação pedagógica, coffeebreak, e material didático das turmas atender a Norma da ABNT NBR

14276, Norma estabelece os requisitos mínimos para a composição, formação, implantação e reciclagem de brigadas de incêndio, preparando-as para atuar na prevenção e no combate ao princípio de incêndio, abandono de área e primeiros socorros, visando, em caso de sinistro, proteger a vida e o patrimônio, reduzir as consequências sociais do sinistro e os danos ao meio ambiente.), bem como, atender a Instrução Técnica CBMAL17/2021 (Estabelece as condições mínimas para a composição, formação, implantação, treinamento e atualização da brigada de incêndio, para atuação em edificações e áreas de risco no Estado de Alagoas, na prevenção e no combate ao princípio de incêndio, abandono de área e primeiros socorros, visando, em caso de sinistro, proteger a vida e o patrimônio, reduzir os danos ao meio ambiente, até a chegada do socorro especializado, momento em que poderá atuar no apoio.)

Qualificação técnica:

De acordo com o objeto da contratação, não há necessidade da exigência de qualificação profissional específica dos profissionais responsáveis pela sua execução.

4.2.1. A empresa contratada deverá apresentar comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

4.3 NATUREZA DO OBJETO

4.3.1 O objeto da contratação é comum, visto poderem seus padrões de desempenho e qualidade ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

4.3.2. O objeto da contratação é definido como “serviço não continuado”, pois a empresa contratada irá realizar a prestação de um serviço específico (cursos temáticos em saúde e segurança do trabalho) em um período pré-determinado, sendo o contrato encerrado após a execução e a devida comprovação do mesmo.

4.3.3. De acordo com o objeto da contratação, as categorias profissionais que serão empregadas na execução do serviço enquadram-se na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) da seguinte forma: Não se aplica à contratação.

4.4. INSTALAÇÕES E APARELHAMENTO

4.4.1 De acordo com o objeto da contratação, não há necessidade da exigência de instalações e aparelhamento específicos da contratada para o cumprimento das obrigações por ela assumidas.

4.5 VISTORIA

4.1.5.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 8 horas às 12 horas.

4.1.5.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.1.5.3. Para a vistoria, a licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificada, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa, comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.1.5.4. Por ocasião da vistoria, à licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, pen-drive, ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

4.1.5. 5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.6 DESLOCAMENTOS E HOSPEDAGEM

4.6.1 As despesas de deslocamento dos 2 (dois) fiscais (gestores) contratuais por meio veicular (carro) para o interior do estado de Alagoas nas cidades de Arapiraca e Delmiro Gouveia ficarão à cargo da contratada.

4.6.2 E caso haja necessidade de deslocamentos e hospedagem dos profissionais e coordenadores que executaram os cursos ficarão à cargo da contratada.

4.7 UNIFORMES, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

4.7.1 De acordo com o objeto da contratação, há necessidade de serem disponibilizados:

De acordo com o objeto da contratação, há necessidade de serem disponibilizados em favor da dos materiais a serem ofertados a cada participante no primeiro dia de curso:

Em relação a todos os CATSER: Durante todo o período de aula deverá ser disponibilizado, aos alunos e instrutores, copos descartáveis, biscoito salgado ou doce, café e água;

A empresa contratada ficará responsável pelo local do evento, sua execução, logística, contratação de professores, coordenação pedagógica, equipe de apoio, coffee break, e material didático das seis turmas com carga horária de 30h/curso. **Kit dos alunos:** Material

didático impresso em folha A4, fonte Times New Roman, tamanho da fonte 12, encadernado com capa em Policloreto de Vinila (PVC) rígido transparente no formato A4 e em espiral, contendo toda temática das disciplinas do curso, seguindo as normas da ABNT; Crachá de identificação com dimensões de 54 mm x 85,6 mm, com Brasão do Estado de Alagoas e Brasão da empresa contratada, nome do aluno e a instituição a que pertence; 02 (duas) canetas esferográficas de cor preta personalizadas com seu logotipo identificada com o nome do curso; Bloco de anotações com 50 folhas em papel 75 g/m² e dimensões de aproximadamente 148 mm x 210mm; Pasta A4 com alça e zíper. Personalizada com seu logotipo em serigrafia ou baixo relevo. Tamanho: 27,0 (L) x (A) 37,0 cm. transparente. Fabricação em PVC Ecologicamente Correto (reciclável) de cor cinza, identificada com o nome do curso e que deverá conter todo material acima descrito, compondo assim o Kit do aluno;

Ao final de cada curso, no último dia de aula, emitir a cada concludente um certificado de conclusão de curso nas medidas de 30cm x 21cm, em papel couchê com gramatura de 250g, segundo modelo da empresa em entregar de certificados, Squeeze (garrafa) térmica de 500 ml com logomarca do evento e mousepad ergonômico com logomarca do evento.

-EM RELAÇÃO AO CATSER 17663, item 2 - DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: Curso de Brigada de incêndio para militares da área administrativa e operacional no polo de Maceió com turma de 30 (trinta) alunos com carga horária de 30 HORAS. A empresa contratada ficará responsável pelo local do evento, execução, logística, contratação de professores, coordenação pedagógica, coffeebreak, e material didático das turmas.

A contratada disponibilizará para o treinamento prático do curso de Brigada de incêndio para a turma com o grupo de 30 discentes:

1. Uso de hidrantes, extintores de incêndio;
2. local específico para tal finalidade com pista de treinamento;
3. 10 Extintor de Água Pressurizada;
4. 10 Extintor de Bicarbonato de Sódio (BC)
5. 10 Extintor de Fosfato Monoamônico (ABC)
6. 10 Extintor de Dióxido de Carbono (CO2)
7. Materiais combustível (gasolina, óleo diesel, e outros materiais necessários)
8. Estopas.
9. Utilização de hidrantes de Incêndio e mangueiras para extinção do incêndio.
10. Disponibilizar equipamento de proteção de individual aos alunos para a prática (Óculos, luvas, capacete e uniforme para o combate ao fogo).

- EM RELAÇÃO AO CATSER 17663, item 1 - DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: Curso de noções de atendimento pré-hospitalar, na área administrativa e operacional, nos polos de Maceió, Arapiraca e Delmiro gouveia. turmas de 30 (trinta) alunos com carga horária de 30 HORAS. A empresa contratada ficará responsável pelo local do evento, execução, logística, contratação de professores, coordenação pedagógica, coffeebreak, e material didático das turmas.

A contratada disponibilizará para o treinamento prático do curso de atendimento pré-hospitalar (APH) por turma de 30 discentes:

1. (03) Manequins Torso para Manobra de RCP em adulto e Criança
2. (03) Imobilizador de cabeça
3. (03) Reanimador Manual em PVC (Ambu)
4. (01) Kit oxigenioterapia
5. (03) Colar cervical
6. (03) Colete de imobilização
7. (01) Desfibrilador
8. (02) Prancha de Resgate em Polietileno
9. (03) kit de Tala Moldável Aramada em EVA
10. (04) Kit Aph Torniquete, Bandagem, Tesoura ponta romba

4.8 PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA

4.8.1 De acordo com o objeto da contratação e considerado o modo como é usualmente executado no mercado em geral, não será aceita cooperativa para a sua prestação, tendo em vista haver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e a cooperativa contratada ou a Administração (impossibilidade de execução com autonomia pelos cooperados), bem assim pessoalidade e habitualidade (impossibilidade de a execução da gestão operacional do serviço ser compartilhada ou em rodízio entre os cooperados).

4.9 PRAZO DE VIGÊNCIA

4.9.1. O prazo de vigência da contratação é até 31 de dezembro do corrente exercício financeiro 2026 contado da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas na Lei.

4.9.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas na Lei.

5. Levantamento de Mercado

5. LEVANTAMENTO DO MERCADO

5.1 ATENDIMENTO ANTERIOR DA NECESSIDADE

5.1.1 Através do processo SEI: E:01206.0000014973/2023 - Ação 16 (META 3): Contratação de empresa especializada para realização de 07 (sete) cursos presenciais (solução nº 01) sendo 03 de APH, 02 de brigada de incêndio, 01 de biossegurança e 01 de ergonomia na temática Saúde e Segurança no Trabalho, destinados aos policiais militares de Alagoas do Plano de Aplicação Exercício 2022 do FUNESP/AL O valor global dos itens adjudicados foi de: R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais) conforme Resultado da Licitação publicada no DOE (doc. 23583857),

5.2 QUADRO DE SOLUÇÕES DE MERCADO E ESCOLHA DA SOLUÇÃO

Realizado levantamento de mercado, considerando diferentes fontes, inclusive contratações similares de outros entes públicos, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam à necessidade da Administração para coleta de contribuições, identificam-se as seguintes soluções:

Nº da Solução	Nome da Solução	Apresentação da Solução
1	Contratação de empresa especializada em ministrar cursos presenciais no escopo da Saúde e Segurança no Trabalho	<p>Abertura de processo licitatório para contratação de empresa para a realização de cursos na temática Saúde e Segurança no Trabalho com serviço de coffe break incluso, sendo a proposta mais vantajosa visando realização dos cursos de:</p> <p>-noções de atendimento pré-hospitalar (APH) C.H. 30 hrs;</p> <p>-curso de brigada de incêndio C.H. 30 hrs;</p> <p>-curso de ergonomia C.H. 30 hrs.</p>
2	Contratação de empresa especializada em ministrar cursos EAD no escopo da Saúde e Segurança no Trabalho	<p>Abertura de processo licitatório para contratação de empresa para a realização de cursos EAD na temática Saúde e Segurança no Trabalho , sendo a proposta mais vantajosa visando realização dos cursos de:</p> <p>-noções de atendimento pré-hospitalar (APH) C.H. 30 hrs;</p> <p>-curso de brigada de incêndio C.H. 30 hrs;</p>

6. Descrição da solução como um todo

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

ANÁLISE DAS SOLUÇÕES

Identificadas soluções múltiplas que contemplam os requisitos para o atendimento da necessidade, procede-se à sua análise comparativa, a fim de definir a solução mais adequada:

Solução Nº 1 Contratação de empresa especializada em ministrar cursos no escopo da Saúde e Segurança no Trabalho - NOÇÕES DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR (APH) , BRIGADA DE INCÊNDIO e ERGONOMIA. Através da realização de cursos na temática Saúde e Segurança no Trabalho busca-se capacitar presencialmente cerca de 180 (6 turmas, sendo cada com 30 alunos) policiais militares alagoanos da capital e interior do estado, promovendo a criação de uma cultura de prevenção no ambiente de trabalho e programa de capacitação continuada através de ações de capacitação e formação em segurança no trabalho para redução de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.

A empresa contratada deverá fornecer toda a estrutura, material didático, sala de aula e certificados. vantagens do ensino presencial:

- a) Presencialidade -em grande ponto positivo do ensino presencial é o contato que é possível ser estabelecido entre alunos e professores. Você poderá tirar dúvidas e ter um feedback instantâneo sobre um questionamento ou assunto levantado;
- b) Experiência e convivência - Enquanto no ensino EaD você não terá contato assertivo com seus companheiros, no presencial será diferente. Você poderá desenvolver novas experiências e ampliar sua lista de relações interpessoais;
- c) Infraestrutura - A infraestrutura oferecida por uma boa instituição de ensino faz toda a diferença. Você poderá ter um contato mais profissional com instrumentos e habilidades de seu curso.
- d) Organização da rotina - No ensino presencial você deverá seguir uma rotina pré-estabelecida, retirando a necessidade do aluno ter de gerir seu próprio cronograma de estudos;

Solução Nº 2 Contratação de empresa especializada em ministrar cursos EAD no escopo da Saúde e Segurança no Trabalho A opção de cursos a distancia é uma das soluções de mercado para capacitações, entretanto, não se vislumbra viável para a capacitação dos militares na temática saúde e Segurança do Trabalho considerando que alguns conteúdos para melhor fixação e aproveitamento de conteúdo demandam a realização de práticas de primeiros socorros e simulações de incêndio. Além disso, em relação a temática ergonomia a interação aluno professor na sala de aula pode auxiliar no compartilhamento de experiências e problemas diários dos militares na busca de soluções. Desvantagens do ensino virtual: Concentração e desempenho pois a dificuldade de se concentrar em uma aula virtual é uma das grandes desvantagens do EAD. Responsabilidade e comprometimento pois devido ao fato de, no EaD, o aluno ter de gerir sua própria rotina de estudos, aqueles que possuem dificuldade para isso passam por problemas. Existe o contato pessoal pois na modalidade EaD, o aluno realizará seus estudos de forma solitária, sem contato pessoal com seus colegas de curso, não ocorrendo interação contínua com seus companheiros.

Conclui-se, pois, pela escolha da Solução Nº 1, visto, conforme cotejadas as diversas relações custo-benefício, a partir das variáveis de profissionais e materiais , tratar-se da opção mais vantajosa para a Administração, cujo mercado, considerados produtos, fabricantes e fornecedores, não apresenta restrições revelando-se competitivo.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1 O quantitativo foi estipulado a partir do levantamento da quantidade de afastamentos por Dispensa Médicas na Junta médica da PMAL, conforme apresentado no Plano de Aplicação do Estado de Alagoas – Exercício/2021 (16088800).

CATSER Quantitativo

DESCRIÇÃO

17663	4	CURSO APERFEICOAMENTO / ESPECIALIZACAO PROFISSIONAL DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: Curso de noções de atendimento pré-hospitalar, para militares da área administrativa e operacional nos polos: sendo 2 (dois) em Maceió/AL, 1 (um) em Arapiraca/AL e 1 (um) em Delmiro Gouveia/AL. turma de 30 (trinta) alunos com carga horária de 30 HORAS. A empresa contratada ficará responsável pelo local do evento, execução, logística, contratação de professores, coordenação pedagógica, coffeebreak, e material didático das turmas.
17663	1	CURSO APERFEICOAMENTO / ESPECIALIZACAO PROFISSIONAL DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: Curso de Brigada de incêndio para militares da área administrativa e operacional nos polo de Maceió com turma de 30 (trinta) alunos com carga horária de 30 HORAS. A empresa contratada ficará responsável pelo local do evento, execução, logística, contratação de professores, coordenação pedagógica, coffeebreak, e material didático das turmas.
17663	1	CURSO APERFEICOAMENTO / ESPECIALIZACAO PROFISSIONAL DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: Curso de ergonomia, para militares da área saúde, administrativa e operacional no polo de Maceió. com turma de 30 (trinta) alunos cada com carga horária de 30 HORAS. A empresa contratada ficará responsável pelo local do evento, execução, logística, contratação de professores, coordenação pedagógica, coffeebreak, e material didático.

A quantidade estimada versa garantir a participação ativa dos batalhões, companhias e diretorias da PMAL e estes se multiplicadores de conhecimento institucional.

7.2 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto da contratação seguirá a seguinte dinâmica:

A empresa contratada deve disponibilizar um local de fácil acesso e bem localizado em Maceió, Arapiraca e Delmiro Gouveia (a depender do curso /turma) que tenham:

Salas de aulas com capacidade para 30 pessoas por turno para os cursos com boa acomodação, climatização.

O local a ser realizada a ação deverá ser em região central da cidade de Maceió, Arapiraca e Delmiro Gouveia (a depender do polo que será realizado o curso) deve ter disponibilidade para vaga de estacionamento dos alunos Maceió, Arapiraca e Delmiro Gouveia, além de banheiros masculino e feminino, espaço adequado para o coffee break com lanche saudável para os alunos durante os dias dos cursos descrito no presente TR.

Os gestores do contrato deverão informar previamente quais turmas e cursos deverão ser realizados para a contratada conforme disponibilidade de alunos. Além disso, o local dos cursos deverão ser informados previamente aos gestores para análise dos requisitos necessários para a realização dos cursos.

Os profissionais que irão ministrar os cursos deverão ter e experiência em treinamentos e capacitações profissionais, ambos comprovados por meio de currículo, na categoria profissional de acordo com o curso. O currículo dos docentes deverá ser enviado previamente aos gestores para análise assim como o Plano de Trabalho da empresa que deverá ser enviado aos gestores após envio da ordem de serviço.

Deve-se a contratada disponibilizar para o treinamento prático do curso de Brigada de incêndio para a turma com o grupo de 30 discentes cada conforme regulamenta a grade curricular . E deve-se a contratada disponibilizar para o treinamento prático do curso de atendimento pré-hospitalar (APH) para as quatro turmas com o grupo de 30 discentes cada conforme regulamenta a grade curricular.. E deverá ofertar o seguinte serviço pelo turno da manhã, sendo estes com a Carga horária do curso sendo cumprida durante o período: Matutino: (07:00 as 13:00), tendo um intervalo de 30 minutos (metade do turno matutino 09:00 a 09:30) sendo servido o coffee-break: 6 variedades entre salgados, bolos, folhados, doces e biscoitos. Bebidas: café, água, dois tipos de sucos naturais, dois tipos de refrigerante (é necessário pelo menos uma das bebida sem açúcar). Trinta minutos de duração. Com todos os materiais necessários (pratos, copos, taças, talheres, bandejas, guardanapos, rechauds, e pessoal para a prestação dos serviços) pela empresa de CATSER 17663. Cursos temáticos em saúde e segurança do trabalho, será realizado na dinâmica de 3 cursos, sendo estes:

1- Curso de noções de atendimento pré-hospitalar (APH) Carga Horária (C.H.) 30 HORAS:

Curso de conhecimento básico na abordagem da vítima de trauma em que promove ao aluno policial extenso conhecimento teórico e prático em diversos segmentos do atendimento pré-hospitalar, aprimorando os conhecimentos de um cenário do seu uso no socorro de vítima.

Principais temas abordados pelo instrutor:

1. Noções de legislação específica
2. Avaliação da cena e pedido de apoio
3. Segurança da cena
4. Biomecânica e cinemática do trauma
5. Avaliação primária e secundária no politraumatizado

6. Medição e colocação do colar cervical
7. Rolamento 90° e 180°
8. Retirada de capacete
9. Princípios do transporte de vítima pranchada
10. Princípios de retirada da vítima da prancha e do colar cervical através dos protocolos NEXUS e regra Canadense
11. Contenção de hemorragias
12. Utilização do torniquete
13. Abordagem às vítimas com objetos encravados e evisceração
14. Realização do curativo de três pontos em ferimentos soprantes
15. Avaliação e imobilização de pelve
16. Abordagem à vítima de afogamento
17. Abordagem à vítima de queimadura e choque elétrico
18. Autoextricação orientada de veículos
19. Imobilização de membros superiores e inferiores com tala aramada moldável
20. Retirada rápida de veículo com 2 socorristas (utilizando anaconda) e 3 socorristas
21. Mobilizações e imobilizações de vítimas em prancha longa em corredores, escada, sob veículos, sentadas, entre outros
22. Retirada de vítimas de posições complexas dentro de veículos
23. Improvisação de mobilização e imobilização de vítimas
24. RCP no adulto, criança e bebê, com 1, 2 ou mais socorristas
25. Manobras de desengasgo no adulto, criança e bebê
26. Uso do desfibrilador externo automático
27. Trauma de tórax e manejo básico de vias aéreas
28. Choque
29. Acesso venoso periférico e intraósseo
30. Trauma de abdome
31. Trauma de cabeça
32. Trauma de coluna
33. Trauma de extremidades
34. Trauma pediátrico, geriátrico e na gestante
35. Atendimento às vítimas de animais peçonhentos
36. Urgências obstétricas e parto súbito
37. Atendimento a múltiplas vítimas – Método START
38. Carga horária de 8(oito) horas no mínimo de prática por turma.

2- Curso de brigada de incêndio. Carga Horária (C.H.): 30 horas Capacitar o policial militar para conhecer noções de combate a princípio de incêndio e pânico em suas unidades ou em atividade policial.

Principais temas abordados pelo instrutor:

1. Teoria do fogo
2. Propagação e dinâmica do fogo.
3. Propagação e dinâmica do fogo
4. Classes de Incêndio
5. Prevenção de Incêndio
6. Métodos de extinção Conhecer e descrever os métodos extintores de isolamento, abafamento, resfriamento e extinção química e suas aplicações;
7. Agentes extintores: Conhecer e descrever os agentes extintores de água e pó químico seco (PQS), pelo menos os tipos AB, ABC e K; CO2, espumas e outros disponíveis na planta, assim como as suas características e aplicações; conhecer e saber descrever o significado da capacidade extintora declarada nos extintores.
8. Equipamentos de Proteção Individual (EPI)
9. Demonstrar como utilizar os equipamentos de proteção individual (EPI).
10. Equipamentos de combate a incêndio
11. Conhecer e descrever os tipos e a operação de extintores portáteis e extintores sobre rodas, com carga de água, pó químico seco (PQS) BC e ABC, CO2, halotrom etc.; conhecer e descrever os critérios para a definição do agente extintor; conhecer e saber executar a inspeção visual em nos extintores, inclusive CO2.
12. Equipamentos de combate a incêndio: Conhecer e descrever os equipamentos e os principais procedimentos de emergência para o correto funcionamento de bombas (elétricas e a combustão), válvulas de recalque, barriletes, hidrantes (predial, de coluna e subterrâneo), chuveiros automáticos (sprinklers) e sistemas fixos de combate a incêndio (com espuma mecânica, agentes umectantes e gases); Conhecer e descrever como são realizadas a abertura e fechamento de um hidrante predial.
13. Equipamentos de detecção, alarme e de comunicações: Conhecer e descrever os meios mais comuns de sistemas de detecção, alarme e de comunicações e funcionamento destes.
14. Abandono de Área: Conhecer e descrever as saídas de emergência, escadas de segurança, corredores e rotas de fuga. sistemas de iluminação de emergência, elevador de segurança e meios de aviso: conhecer e descrever as técnicas de abandono de área, salda organizada. pontos de encontro e chamada e controle de pânico.
15. Pessoas com mobilidade reduzida: Conhecer e descrever as técnicas de abordagem, cuidados e condução de acordo com o plano de emergência da planta.
16. Riscos específicos da planta: Conhecer e descrever os riscos específicos e o plano de emergência da planta. Visitar e conhecer as áreas dos riscos específicos da plantas;
17. PARTE DE PRIMEIROS SOCORROS:

Avaliação Inicial: Conhecer e descrever os procedimentos para a avaliação do cenário, os mecanismos de lesões, o número de vítimas e o exame físico destas. Demonstrar como reconhecer e avaliar os riscos iminentes, executar medidas de proteção e segurança, reconhecer os mecanismos de lesão, o número de vítimas e o exame físico destas: efetuar a triagem, a priorização de atendimento das vítimas e o exame físico destas.
18. Vias Aéreas: Conhecer e descrever os sinais e sintomas de obstruções em adultos, criança e bebês conscientes e inconscientes e tratamento pré-hospitalar. Demonstrar como reconhecer os sinais e sintomas de obstruções em adultos, criança e bebês conscientes e inconscientes e tratamento pré-hospitalar.
19. Ressuscitação Cardiopulmonar (RCP): Conhecer e descrever as técnicas de ventilação artificial e compressão cardíaca externa (RCP) para adultos, crianças e bebês.
20. Demonstrar como aplicar as técnicas de RCP: Conhecer e descrever os equipamentos semiautomáticos para desfibrilação externa. Demonstrar como utilizar equipamentos semiautomáticos para desfibrilação externa.
21. Estado de choque: Conhecer e descrever os sinais, sintomas e técnicas de prevenção e tratamento pré-hospitalar.
22. Hemorragias: Conhecer e descrever as técnicas de hemostasia e tratamento pré-hospitalar.
23. Fraturas: Conhecer e descrever as fraturas abertas e fechadas e técnicas de imobilizações e tratamento pré-hospitalar.
24. Ferimentos: descrever os tipos de ferimentos e as consequências de gravidade dos ferimentos e o tratamento pré-hospitalar.

25. Queimaduras: Conhecer e descrever os tipos de queimaduras (térmicas, químicas e elétricas) e os graus (primeiro, segundo e terceiro) das queimaduras conhecer e descrever as técnicas de resfriamento e curativos para queimaduras.

26. Carga horária de 8(oito) horas no mínimo de prática por turma.

4- Curso de ergonomia Carga Horária (C.H.): 30 HORAS O curso Ensina ao policial militar sobre as lesões por esforços repetitivos, doenças ocupacionais, postura correta e a importância da fisioterapia do trabalho muscular.

Principais temas abordados pelo instrutor:

1. Riscos e seus agentes
2. Lesões por Esforços Repetitivos
3. Classificação da Ergonomia
4. Análise dos postos de trabalho
5. Sobrecarga de Trabalho
6. Organização do Trabalho
7. Objetivos da Ergonomia
8. O reconhecimento e a avaliação dos agentes ergonômicos
9. Doenças Ocupacionais
10. Reflexões sobre a iluminação
11. Ruídos e Vibrações
12. Postura Correta
13. Transporte Manual de Cargas
14. Ferramentas Manuais
15. Esforço Físico
16. O papel dos sindicatos e das empresas na saúde e na segurança do trabalho
17. Principais fatores que causam os acidentes e doenças profissionais
18. Conceito de acidente de trabalho
19. Legislação relativa à segurança e medicina do trabalho
20. Importância da fisioterapia do trabalho muscular
21. NR 17 Ergonomia (117.000-7).

Compete ainda à Contratada:

1. Requerer dos discentes o preenchimento da ficha de inscrição (modelo anexo) que deverá vir acompanhada da cópia do RG e CPF, devendo essas fichas ser anexadas à Ata de Encerramento do Curso;
2. Elaborar e apresentar ao contratante a Ata de Encerramento do Curso por turma e em duas vias encadernadas (modelo anexo) contendo todas as informações da capacitação, inclusive com fotos coloridas, devendo ser assinada e rubricada pela contratante e encaminhada em até 8 (oito) dias úteis após o final de cada turma, junto com a Nota Fiscal;
3. Providenciar para que os instrutores e toda equipe de coordenação, compareçam ao local do curso com 30min de antecedência;
4. Distribuir os crachás, bem como todo material disponibilizado aos alunos, no primeiro dia de curso;
5. Controlar a frequência (modelo anexo) dos participantes que deverá ser apresentada anexa a Ata de Encerramento de cada turma, para futura prestação de contas, bem como fiscalizar e acompanhar possíveis evasões (abandono de curso) ou desistências, consignando tudo na Ata de Encerramento e com

devido preenchimento do Requerimento de Desistência de Aluno (modelo anexo), para posterior análise e deliberação da Contratada; Além das fichas de frequência deverá ser acompanhado pela empresa relatório fotográfico diário da sala de aula (Docentes e discentes) para comprovação da frequência e prestação de contas.

6. Aplicar com os alunos de cada turma, instrumento de avaliação do curso (modelo anexo) para verificação de satisfação dos discentes em relação à capacitação aplicada, devendo a tabulação (modelo anexo) dessas avaliações estarem anexas à Ata de Encerramento do Curso;

7. Emitir, depois de concluídas cada turma e sem ônus para a contratante, os certificados de conclusão do Curso de Saúde e Segurança no Trabalho conforme especificado neste Termo de Referência, para todos os alunos concluintes que alcançarem a frequência de participação no curso igual ou superior a 75% e ter obtido nota igual ou superior a 6,0 (seis) na avaliação final.

8. Manter em arquivo toda a documentação comprobatória referente aos cursos de Saúde e Segurança no Trabalho por no mínimo 05 (cinco) anos após o término das atividades.

9. Seguir obrigatoriamente as normas sanitárias vigentes no momento da execução do curso.

10. Da metodologia das aulas:

11. As aulas devem ser expositivas e dialogadas, com atividades em grupos e individuais para a facilitação do aprendizado, seguindo assim uma metodologia ativa e participativa.

12. Serão adotadas técnicas estimuladoras de aprendizagem, para assimilação do conteúdo das disciplinas teóricas e relacionadas com a experiência prática, abordando a exposição dialogada e estudos dirigidos.

13. Na condução das aulas, os professores e instrutores deverão orientar suas atividades de forma a:

14. Manter os alunos permanentemente incentivados nas questões abordadas, lançando mão de todos os recursos disponíveis, tendo em mente os métodos e processos previstos neste Plano.

15. Utilizar quatro fontes incentivadoras: a própria matéria de ensino; a didática (metodologia/estratégica) utilizada pelo professor; os modernos recursos audiovisuais; a experiência/competência do docente.

16. Estabelecer a cooperação sincera e honesta dos alunos entre si e com o professor (interatividade mútua);

17. Habituar os alunos a pedir esclarecimento sobre assuntos ministrados durante a aula;

18. Incutir e desenvolver hábitos de trabalho mental de atenção e reflexão assim como espírito de equipe, de ordem e método de análise e síntese;

19. Utilizar todos os recursos didáticos/midiáticos com clareza e precisão de linguagem para bem se fazer compreender;

20. Estimular a dedicação ao trabalho e desenvolver a confiança no esforço pessoal;

21. Orientar o aluno quanto à técnica mais apropriada para o estudo da disciplina e questões relacionadas à saúde e segurança no trabalho;

22. A empresa contratada CATSER 17663 deve disponibilizar um local de fácil acesso e bem localizado que tenham salas de aulas em Maceió e salas em Arapiraca com capacidade para 30 pessoas por sala nos turnos para os cursos a ser executados com boa acomodação, climatização. O local a ser realizada a ação deve ter disponibilidade para estacionamento dos alunos, banheiros masculino e feminino, espaço adequado para o coffeebreak com lanche saudável para os alunos descrito no presente TR e deverá ter aprovação prévia de 15 dias antes da realização do evento dos gestores do contrato.

23. A contratação adota como regime de execução a empreitada por preço unitário ao final da execução de cada turma, com a entrega da documentação comprobatória da realização de cada Curso: ata de encerramento de cada turma do Curso contendo descrição detalhada do cumprimento do objeto, relatórios fotográficos, fichas de inscrição, frequências, requerimento de desistência (caso haja), fotos coloridas, tabulação da avaliação do curso e modelo da prova com gabarito, atentar para os relatórios fotográficos comprovando a realização do curso, sendo estes entregues ao final de cada turma e aprovada pelo gestor do contrato, conforme modelos anexos ao Termo de Referência.

24. Não haverá a possibilidade de subcontratação do objeto da contratação.

E deverá ofertar os seguintes serviços por turno:

-Carga horária do curso sendo cumprida durante os dois períodos, tendo um intervalo de 30 minutos sendo servido o coffee-break: 6 variedades entre salgados, bolos, folhados, doces e biscoitos. Bebidas: café, água, dois tipos de sucos naturais, dois tipos de refrigerante (sugere-se pelo menos uma bebida sem açúcar). Trinta minutos de duração. Com todos os materiais necessários (pratos, copos, taças, talheres, bandejas, guardanapos, rechauds, e pessoal para a prestação dos serviços) pela empresa de CATSER 17663.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 248.386,40

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1 A estimativa do valor da contratação é de R\$ **248.386,40 (duzentos e quarenta e oito mil trezentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos)**ç

8.1.2 A contratada deverá apresentar Plano de Trabalho em até 14 (quatorze) dias contados do efetivo recebimento da Ordem de Execução.

8.2 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.2.1 Em relação ao evento a empresa deve entregar um relatório fotográfico detalhado, assinaturas dos militares participantes, dados coletados dos militares que realizarem o curso para que a Instituição PMAL possa ter dados estatísticos. Além disso a empresa deve incluir relatório de satisfação dos militares e sugestões da empresa contratada para o serviço. A qualidade dos serviços será constantemente monitorada, acompanhamento In Loco, para evitar sua degeneração, devendo a Contratante intervir para corrigir ou aplicar as sanções previstas no edital e no contrato administrativo, quando verificar desconformidade na prestação dos serviços à qualidade exigida, os serviços serão constantemente avaliados pelos fiscais da Comissão da CONTRATANTE, que emitirão relatório de execução da empresa contratada para o serviço do CATSER 17663; O registro fotográfico encaminhado a PMAL e também ao setor de imprensa da PMAL (ASCOM), os serviços executados. Registro do número de inscritos será arquivado em pasta pela Comissão, para uma futura comprovação. Tal planejamento e/ou plano de ação do evento serão apresentados a PMAL; O relatório de execução servirá como base de acompanhamento, fiscalização e/ou comprovação dos serviços executados pela contratada junto aos gestores e a instituição.

8.2.2 O pagamento será realizado de forma lote único de acordo com a execução individual dos cursos , não podendo exceder o prazo estipulado no contrato.

8.2.3 Os relatórios mensais deverão ser entregues até o 5º dia útil do mês subsequente ao curso realizado e estarão sujeitos a aprovação pelos gestores do contrato;

8.2.4 O relatório final deverá ser entregue em até 07 (sete) dias após a execução estipuladas no contrato ou quando findado o prazo do contrato e estará sujeito à aprovação pelo gestor;

8.2.5 Se forem encontradas inconsistências nos Relatórios de Execução, a empresa terá um prazo máximo de 48h para ajustes.

8.2.6 A qualidade dos serviços será constantemente monitorada para evitar sua degeneração, devendo a Contratante intervir para corrigir ou aplicar as sanções previstas no edital e no contrato administrativo, quando verificar desconformidade na prestação dos serviços à qualidade exigida;

8.2.7 O gestor do contrato irá realizar vistoria nos locais para verificação da estrutura física disponibilizada para as consultas e se os serviços e materiais estão em conformidade com os itens exigidos no Termo de Referência.

8.2.8 São consideradas causas para a rescisão contratual ou desfazimento do vínculo com o Adjudicatário: Não cumprir as obrigações contratuais descritas no TR; Adiar ou interromper o agendamento ou a realização das consultas sem justificativa; Substituir profissionais da equipe de trabalho sem justificativa e sem a prévia aprovação do gestor do contrato.

8.2.9 Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços à Contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

8.2.10 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e comunicando a autoridade competente, quando for o caso, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 117 da Lei nº. 14.133/2021.

8.2.11 As decisões que ultrapassem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas cabíveis.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1 De acordo com o objeto da contratação, e após a avaliação da sua divisibilidade, com base na necessidade administrativa e no mercado fornecedor, procedeu-se ao maior parcelamento técnica e economicamente possível, realizando-se licitação do tipo menor preço por grupo(s) de itens, em relação a todos os CATSER, tendo em vista a dificuldade da operacionalização dos cursos na temática Saúde e Segurança no Trabalho com diferentes empresas do ponto de vista logístico é mais viável que apenas uma empresa preste os serviços. Os cursos na temática Saúde e Segurança no Trabalho será um lote a ser efetivada por uma única empresa por se tratar de serviço de curso, orientação que será realizada a atividade de atendimento em dois turnos em 5 dias divididos em dois turnos

9.2 Quanto à possibilidade de divisão dos itens em parcelas ainda menores, tem-se por inviável, tendo em vista o vulto e a uniformidade do objeto, inclusive quanto a prazo e local de realização, e a necessidade de resguardar a economia de escala.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1 Não há contratações correlatas ou interdependentes com a contratação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

11.1. A presente contratação é pressuposto legal de concretização ao Plano Nacional de Segurança Pública: "Proteção dos Profissionais de Segurança Pública", bem como as metas 1 e 2 do referido Plano que visa reduzir o número absoluto de vitimização e suicídio de profissionais através de ações nas áreas de valorização profissional, saúde, qualidade de vida e segurança dos servidores, ficou constatado, que ainda são incipientes as ações que incidem na redução do processo de vitimização laboral que os trabalhadores da Segurança Pública sofrem, caracterizando com isso, a existência de um problema público que demanda a intervenção estatal.

Ademais, o número de profissionais de saúde que atuam na segurança pública para prover a assistência biopsicossocial aos seus trabalhadores é insuficiente, dado que justifica a necessidade do aumento das ações de qualidade de vida, saúde e segurança do trabalho, tendo inicialmente, como enfoque o incentivo à prática de atividade física e ações de atenção biopsicossociais.

A promoção de ações dessa natureza incidem diretamente no processo de vitimização que o trabalhador da segurança pública é submetido durante toda a sua vida laboral, seja pelas condições, muitas vezes precárias, da formação, pelas relações fragilizadas de trabalho, assédio, bem como pela própria natureza do serviço que é geradora de adoecimento psicossocial.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12. BENEFÍCIOS DA CONTRATAÇÃO

12.1 Com a contratação, pretende a Administração alcançar os seguintes resultados:

1. O serviço a ser contratado por meio do presente processo são cursos na temática Saúde e Segurança no Trabalho , classificado como saúde do trabalhador para esse profissional que possui uma atividade que envolve muitos riscos ocupacionais e fatores de adoecimento.
2. Em relação à economicidade permite que a intervenção realize um rastreio de fatores de risco evitando maiores gastos com a detecção tardia. Em relação a eficácia os cursos tem como método de prevenção de doenças para esse público a fim de evitar o aparecimento e/ou agravamento de doenças crônicas e não transmissíveis visando diminuição da mortalidade e morbidade.
3. A promoção da criação de uma cultura de prevenção no ambiente de trabalho e programa de capacitação continuada através de ações de capacitação e formação em segurança no trabalho para redução de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.
4. O policial com boa condição de saúde presta um melhor serviço a sociedade.

13. Providências a serem Adotadas

13. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS

13.1 De acordo com o objeto da contratação, há necessidade da adoção do seguinte cronograma de atividades previstas no ETP e TR para adequação do ambiente da execução dos cursos na temática Saúde e Segurança no Trabalho, a fim de que a contratação surta seus efeitos.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1 Não se aplica.

15. Atesto

15. 1. Atesta-se, sob responsabilidade funcional, que o estudo técnico preliminar elaborado é adequado e perfeitamente suficiente tanto à caracterização do interesse público envolvido e da melhor solução para o problema a ser resolvido, inclusive acerca de Descrição, Unidade de Medida e Quantidade, quanto à fundamentação do Termo de referência e demais instrumentos da contratação, elaborado que foi nos moldes do Decreto Estadual nº 90.381 /2023;

15.2. Atesto que a presente contratação está contemplada no Plano de Contratações Anual 2026 SSP/AL, elaborado nos moldes do Decreto Estadual nº 90.385/2023.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Com base na avaliação dos elementos anteriores do estudo técnico preliminar, a contratação se mostra técnica, socioeconômica e ambientalmente viável

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Nomeado gestor desta ação através da PORTARIA/SSP No 834/2025, publicada em D.O.E. de 01/07/2025.

WESDRAS MAXMILLER DOS SANTOS BEZERRA

Gestor da ação 2 - Meta 1



Assinou eletronicamente em 15/01/2026 às 15:20:21.

Despacho: Nomeado gestor desta ação através da PORTARIA/SSP No 834/2025, publicada em D.O.E. de 01/07/2025.

WENDELL MISSANO PINTO

Gestor da ação 2 - Meta 1